

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

JAQUES BRAUN

**A Política de Indexação como ferramenta Auxiliar do Bibliotecário**

Porto Alegre  
2017

JAQUES BRAUN

**A Política de Indexação como ferramenta Auxiliar do Bibliotecário**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pelo Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Professor Orientador Rene Faustino Gabriel Junior.

Porto Alegre

2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora: Profa. Dra. Jane Fraga Tutikian

**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

Diretora: Profa. Dra. Karla Maria Müller

Vice-Diretora: Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Chefe: Profa. Dra. Jeniffer Alves Cuty

Chefe Substituto: Profa. Dra. Eliane Lourdes da Silva Moro

**COMISSÃO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA**

Coordenador: Profa. Dra. Rita do Carmo Ferreira Laipelt

Coordenador Substituto: Prof. Dr. Rene Faustino Gabriel Junior

**CIP – Brasil - Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**

B825p Braun, Jaques

A Política de Indexação como ferramenta  
auxiliar do Bibliotecário/Jaques Braun;  
Orientação Rene F.Gabriel Junior.- Porto Alegre:  
UFRGS 2017.

1.Bibliotecas Universitárias 2 . Indexação  
3.Política de Indexação. Junior, Rene F.Gabriel II .Título

CDU 025.4

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação  
Departamento de Ciências da Informação  
Rua Ramiro Barcelos, 2705 – Campus Saúde  
CEP 90035-007 Porto Alegre/RS  
Fone: (51) 3308 5067  
Fax: (51) 3308 5435  
E-mail: [dcf@ufrgs.br](mailto:dcf@ufrgs.br)

## JAQUES BRAUN

A política de Indexação como ferramenta auxiliar do bibliotecário

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, pelo Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2018.

---

Prof. Dr. Rene Faustino Gabriel Junior  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
(Orientador)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita do Carmo Ferreira Laipelt  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
(Examinadora)

---

1º Ten. Esp. Robson Ferrão Barcellos  
Bibliotecário do Comando Militar do Sul  
(Examinador)

Aonde você vai?  
- Se der sorte, em frente.

Trecho do filme Ratatouille

## **AGRADECIMENTOS**

A todos os meus professores da UFRGS pelo apoio e dedicação durante o curso de biblioteconomia ao transmitirem os seus conhecimentos, contribuindo assim para que eu me tornasse um bibliotecário. Um destaque especial para Profa. Dra. Sônia Elisa Caregnato, pelo importante auxílio durante o Projeto do TCC.

Ao meu orientador Prof. Dr. Rene Faustino Gabriel Junior por sua visão prática e seu jeito tranquilo, pela enorme paciência e ter me instruído com valiosas diretrizes para que este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) fosse realizado com êxito.

Aos examinadores, Profa. Dra. Rita do Carmo Ferreira Laipelt, e ao Bacharel Robson Ferrão Barcellos por terem aceitado o meu convite.

A toda a administração e equipe da biblioteca do Comando Militar do Sul, pelo auxílio e dicas durante a elaboração do estágio, face às difíceis condições que ofereci, principalmente em relação ao tempo.

A Deus, por estar vivo e por tantas bênçãos alcançadas ao longo de minha vida, entre as quais o ingresso na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) através da aprovação no Concurso Vestibular 2011 e pelo auxílio em vários momentos até bastante difíceis durante a minha trajetória acadêmica e pessoal.

## RESUMO

Este trabalho contextualiza o desenvolvimento e o uso de uma política de indexação, em uma biblioteca. Uma política de indexação deve ser encarada como um planejamento no qual vai se detalhar todos os procedimentos inerentes ao processo de indexação a serem adotados, gerando assim uma maior padronização aos produtos e serviços a serem oferecidos aos usuários de uma biblioteca. O objetivo geral deste trabalho é demonstrar a importância de se formalizar um manual de PI em uma biblioteca. Os conceitos utilizados abordam temas como a razão para se estabelecer uma política de indexação formalizada, a importância da mesma como uma ferramenta auxiliar para o bibliotecário, o serviço de recuperação de informação entre outros. A metodologia empregada foi uma pesquisa descritiva no referencial teórico, coletando-se os dados por meio de pesquisa bibliográfica. Junto as Universidades a estratégia de coleta de dados adotou-se os métodos de observação, *Checklist*, e questionário. Os dados coletados foram de caráter descritivo (respostas das perguntas abertas) que foram interpretados, categorizados e analisados. Buscou-se a partir deste estudo apontar os parâmetros para o planejamento de uma política de indexação. Nas considerações finais o resultado da pesquisa apontou que não há uma regra geral para o desenvolvimento de uma política de indexação e cada instituição deve desenvolver a sua, conforme seu público alvo, recursos materiais, humanos e principalmente financeiros disponíveis. O trabalho conclui deixando claro que o presente estudo não tem como função, melhorar a política de indexação das universidades analisadas, mas sim servir como um guia que seja capaz de orientar sobre aqueles pontos que podem ser potencializados ou aperfeiçoados.

**Palavras-chave:** Bibliotecas universitárias. Indexação. Política de Indexação.

## **ABSTRACT**

This study contextualizes the development and use of an indexing policy in a library. An indexing policy should be considered as a planning in which all the procedures inherent in the indexing process to be adopted will be detailed, thus generating a greater standardization of the products and services to be offered to the users of a library. The general objective of this work is to demonstrate the importance of formalizing an IP manual in a library. The concepts used cover topics such as the reason for establishing a formalized indexation policy, the importance of it as an auxiliary tool for the librarian, the information retrieval service among others. The methodology used was a descriptive research in the theoretical reference, collecting the data through bibliographic research. Together with the Universities the data collection strategy was adopted the methods of observation, Checklist, and questionnaire. The collected data were descriptive in nature (answers of the open questions) that were interpreted, categorized and analyzed. It was sought from this study to point out the parameters for the planning of an indexation policy. In the final considerations the result of the research pointed out that there is no general rule for the development of an index policy and each institution must develop its, according to its target public, material, human and mainly financial resources available. The paper concludes by making it clear that the present study does not have the function of improving the indexation policy of the analyzed universities, but rather serves as a guide that is able to guide those points that can be enhanced or improved.

**Keywords:** University libraries. Indexing. Indexing Policy.



## **Lista de Abreviaturas e siglas**

INST	Instituição de ensino Universitário
PI	Política de Indexação
POI	Política de Organização e Indexação
RT	Referencial Teórico
RS	Rio Grande do Sul
SRI	Serviço de Recuperação de Informação

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
1.1 JUSTIFICATIVA .....	10
1.2 OBJETIVOS .....	10
1.2.1 Objetivo Geral .....	10
1.2.2 Objetivos Específicos .....	10
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>11</b>
2.1 A BIBLIOTECA E O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS .....	11
2.2 A POLÍTICA DE INDEXAÇÃO.....	12
2.2.1 Planejamento de uma política de indexação .....	14
2.2.2 A Razão para se estabelecer uma PI .....	15
2.2.3 A importância de uma política de indexação .....	17
2.2.4 O estabelecimento de uma PI .....	18
2.2.5 A finalidade de se formalizar uma PI .....	20
2.2.6 A Indexação e a Política de Indexação .....	22
2.2.7 A Elaboração de uma Política de Indexação .....	25
<b>3 O SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO (SRI)</b> .....	<b>34</b>
<b>4 METODOLOGIA</b> .....	<b>38</b>
<b>5 RESULTADOS E ANÁLISES</b> .....	<b>45</b>
5.1 ANÁLISE DE CADA UM DOS 8 EMAILS RECEBIDOS .....	46
5.2 ANÁLISE DA PI DA INST 5.....	49
5.3 ANÁLISE DA PI DA INST 1 .....	53
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>60</b>
<b>ANEXO A - Respostas dos <i>emails</i> das instituições</b> .....	<b>66</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As Bibliotecas trabalham com procedimentos, os quais devem ser formalizados em políticas e manuais, de forma a orientar os bibliotecários nas suas atividades diárias. Tais documentos padronizam, normatizando todas estas atividades do bibliotecário, uma vez que o mesmo tem por dever de ofício oferecer um serviço ágil, veloz e que ao mesmo tempo contemple as necessidades de informação dos usuários. Porém nem todas as bibliotecas tem uma política de indexação definida, bem como manuais de rotinas e procedimentos.

O tema escolhido no presente trabalho de conclusão de curso (TCC) faz uma análise da existência e uso de um manual de Política de Indexação (PI) dentro das Universidades do Rio Grande do Sul, analisando o conteúdo das PI existentes, com base na literatura existente e estudando o planejamento e o estabelecimento uma série de resoluções, ações, procedimentos e técnicas que devem ser empregadas durante o processo de indexação em uma biblioteca.

Este trabalho está dividido em duas fases. A primeira é o referencial teórico em que são abordados os tópicos de: Política de Indexação; O planejamento de uma PI; A Elaboração de uma PI; A Importância de uma PI, entre outros. A segunda fase do trabalho é uma pesquisa que foi realizada junto às Universidades do estado do Rio Grande do Sul, com a finalidade de identificar aquelas instituições que utilizam uma PI.

Como resultado final do trabalho se buscou disponibilizar ao bibliotecário um conjunto de reflexões úteis em suas rotinas e tarefas diárias no que diz respeito à indexação. Destacou-se o benefício que uma PI é capaz de gerar como um instrumento que consegue prover e muitas vezes assegurar um serviço melhor elaborado e lógico que pode ser disponibilizado ao usuário final de um centro informacional, como a economia de tempo para o indexador e de recursos para a biblioteca.

O problema que se instaura nesta pesquisa, parte do pressuposto, definido na literatura, que a PI é importante para o desenvolvimento das bibliotecas, contribuindo de forma decisiva, porém observa-se que muitas bibliotecas não a formalizam.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

A justificativa para este trabalho surgiu do interesse do autor ao observar a falta de uma PI formalizada dentro das bibliotecas. Foi constatado que existe uma insuficiência de literatura disponível sobre o assunto em questão, bem como estudos sobre o tema, fundamentando-se na literatura impressa e eletrônica, que apresentasse os principais motivos (de uma forma mais abrangente) para se estabelecer uma PI.

O Tema da pesquisa é bastante relevante, pois visa conduzir á obtenção de novos conhecimentos a respeito do mesmo. A intenção do trabalho é de aprofundar o assunto proposto gerando como resultado um documento com a finalidade de auxiliar o bibliotecário na formalização de uma PI.

Os principais beneficiados do trabalho em questão devem ser o bibliotecário e, por conseguinte os usuários de uma biblioteca.

## 1.2 OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho estão divididos em objetivo geral e objetivos específicos para melhor estruturação do mesmo.

### 1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral é demonstrar a importância de se formalizar um manual de PI em uma biblioteca.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são três seguindo, a seguinte ordem:

- a) Identificar o uso de uma PI nas bibliotecas de instituições universitárias do Rio Grande do Sul;
- b) designar na literatura existente os critérios técnicos e organizacionais para definição de uma PI;
- c) analisar as PI que são utilizadas pelas bibliotecas nas instituições universitárias do RS.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico abordado no trabalho é baseado em autores consagrados no tema PI, tais como Carneiro (1985), Fujita (2003, 2004), Nunes (2004), Rubi (2004), Rubi; Fujita (2003, 2006) entre outros.

Para que o profissional possa interagir com o usuário/leitor é necessário a competência de comunicação, relações interpessoais, de recuperação da informação, bem como conhecimento sobre determinadas áreas. Nessa conjuntura entra a contribuição do presente estudo que se dá com a aglutinação da teoria do assunto PI com a questão prática a ser utilizadas pelo bibliotecário indexador em uma base de dados de uma biblioteca.

### 2.1 A BIBLIOTECA E O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS

A Biblioteca trabalha com procedimentos sistematizados, criteriosos e segmentados. Esses procedimentos devem ser formalizados em manuais que servem para orientar os bibliotecários nas suas atividades diárias. Estes manuais que padronizam e normatizam as atividades do bibliotecário, tem como meta disponibilizar um serviço que seja ao mesmo tempo habilidoso e veloz, preenchendo como um as necessidades de informação dos usuários.

Completando o que foi exposto acima, no que diz respeito aos anseios dos usuários:

Pessoas de todas as idades devem encontrar material adequado as suas necessidades. Coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte apropriados e tecnologia moderna, bem como materiais convencionais. Alta qualidade e adequação às necessidades e condições locais são fundamentais. O acervo deve refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, assim como a memória das conquistas e a imaginação da humanidade. Coleções e serviços não podem ser objeto de nenhuma forma de censura ideológica, política ou religiosa, nem de pressões comerciais. (ANTUNES; CAVALCANTE; ANTUNES, 2000 p. 14)

Nesse contexto entram os manuais que tem a função de orientar o bibliotecário na catalogação e classificação dos documentos, em conformidade com os códigos de catalogação e sistemas internacionais vigentes. Servem também para nortear o bibliotecário na alimentação do banco de dados bibliográfico do sistema.

Auxiliam na realização do controle do acervo bibliográfico, na manutenção do acervo, verificando o estado de conservação das obras e sua organização nas estantes. São importantes para estabelecer as normas da biblioteca via técnicas, estatutos e diretrizes que servem para a alteração do número de chamada das obras do acervo bibliográfico, sempre que necessário, visando à sua padronização.

Dessa forma, “[...] os manuais de indexação são importantes não apenas para a formação de novos indexadores como também para a formação contínua de indexadores experientes” (REDIGOLO et al., 2012, p.76).

Neste sentido, os manuais podem ser utilizados não só como um instrumento de consulta para preparar fisicamente os documentos para incorporação ao acervo, mas também são úteis para que os indexadores adquiram experiência profissional ao longo do tempo, contribuindo assim para a sua especialização profissional.

Ao se elaborar manuais, os dirigentes de uma biblioteca devem ter sempre em mente que a validade e a credibilidade dos manuais precisam ser constantemente atualizados, conforme as demandas de serviços impostos à biblioteca. Manuais desatualizados e ultrapassados não apresentam o mínimo valor consultivo e muito menos decisório uma vez que eles realmente só servem para enfeitar prateleiras e estantes.

Os manuais são fundamentais e não podem faltar em nenhuma biblioteca porque os serviços de preparo técnico a serem realizados pelo bibliotecário precisam seguir padrões pré-estabelecidos que sirvam para potencializar e auxiliar nas suas atividades.

São muitos os manuais que podem ser formalizados em uma biblioteca entre eles se pode citar os manuais de procedimentos, de usuários, de normalização, de catalogação, de orientações básicas de uma biblioteca, de serviços oferecidos, de conduta junto aos usuários, de operação de sistemas entre muitos outros. No trabalho aqui apresentado é dado um destaque especial no manual de PI que é nosso tema principal.

## 2.2 A POLÍTICA DE INDEXAÇÃO

Uma PI deve ser encarada como um planejamento no qual vai se detalhar todos os procedimentos inerentes ao processo de indexação a serem adotados em uma biblioteca.

A PI auxilia aos indexadores com parâmetros que diminuem a subjetividade e as incertezas, exercendo a função de um guia para tomada de decisão do processo como um todo. Para Carneiro (1985, p. 221):

[...] deve servir como um guia para tomada de decisões, deve levar em conta os seguintes fatores: características e objetivos da organização, determinantes do tipo de serviço a ser oferecido; identificação dos usuários, para atendimento de suas necessidades de informação e recursos humanos, materiais e financeiros, que delimitam o funcionamento de um sistema de recuperação de informações.

Diante dos dizeres acima descritos se acrescenta que uma PI permitirá que a relação entre o usuário de um sistema, no caso dos conteúdos da web, e os documentos seja interativa, onde os dois lados saem ganhando. Nesse caso, uma PI bem estruturada torna-se, portanto, uma referência para indexadores no seu trabalho diário de indexar, muitas vezes assegurando um serviço melhor elaborado e lógico a ser oferecido ao usuário final de um centro informacional Nunes (2004).

Uma PI deve ser constituída em conformidade com tipo de biblioteca, dos objetivos, e principalmente em função do público alvo para a qual a biblioteca está voltada. É preciso também considerar os recursos humanos, materiais e financeiros, que delimitam o funcionamento de um sistema de recuperação de informações Nunes(2004).

No que tange aos elementos de uma PI se esclarece abaixo:

[...] elementos de política de indexação são os valores peculiares de cada sistema de informação que estão expressos oficialmente em manuais de indexação e expressam a visão do dirigente sobre como deve proceder todos os centros subordinados ao sistema de informação. (FUJITA; RUBI 2006, p. 54)

Diante disto uma PI serve para se estabelecer uma série de tomadas de decisões e ações a serem seguidas durante o processo de indexação em uma biblioteca. A PI esta inserida nas atividades da administração de uma biblioteca juntamente com o órgão gestor da biblioteca. A abrangência de uma PI é muito ampla e envolve desde a seleção e aquisição do material a ser indexado indo até a forma de entrada e saída da informação que é usada em uma biblioteca.

A formalização de uma PI é um fator preponderante em qualquer biblioteca tendo em vista, que todo o serviço a ser oferecido para os usuários vai depender dela, principalmente na recuperação dos documentos.

### 2.2.1 Planejamento de uma política de indexação

Antes de se estabelecer o planejamento de uma PI deve-se esclarecer o que seja um planejamento. Segundo Idalberto Chiavenato (2004), planejar é o ato de pré-visualizar o que irá ocorrer na empresa, de maneira a adaptar-se para que os objetivos da mesma sejam alcançados. Para Chiavenato (2000, p.126), algumas características do planejamento são:

- a) Permanência e continuidade, ou seja, o planejamento é um processo recorrente nas atividades empresariais;
- b) é voltado para o futuro. Uma das funções do planejamento é tentar antecipar o futuro para que as ações da empresa (no caso biblioteca) possam ser eficazes quando o futuro se tornar presente;
- c) preza pela racionalidade quando se trata de tomar decisões;
- d) tenta prever custos e consequências futuras para suas ações presentes;
- e) é sistêmico e considera a empresa (no caso biblioteca) em sua totalidade;
- f) é flexível, podendo ser corrigido e adaptado no decorrer do tempo;
- g) é cíclico e contínuo, ou seja, os ciclos se completam e recomeçam;
- h) é uma ferramenta de inovação, usada para introduzir mudanças gradativas.

Chiavenato (2004, p. 152) ainda afirma: “O planejamento é a primeira das funções administrativas e é a que determina antecipadamente quais são os objetivos a serem atingidos e como alcançá-los”.

Nesse sentido, os principais objetivos e os benefícios de um planejamento, deixam claro que ele serve principalmente para diminuir a incerteza e favorecer as tomadas de decisões, conforme a citação abaixo:

O planejamento encoraja a administração a pensar sistematicamente no que esta acontecendo e no que acontecerá. Ele força a empresa a definir melhor seus objetivos e políticas, leva a uma melhor coordenação de seus esforços e oferece padrões de desempenho mais claros para o controle. (KOTLER; ARMOSTRONG 2003, p.33).



Sobre isso, Fujita (2009) confirma os dizeres de Kotler e Armstrong e ainda estabelece à relação entre um planejamento e a PI conforme a citação abaixo:

A indexação, e, por conseguinte sua política deve fazer parte do **planejamento** dos sistemas de informação de modo a compor-se como um conjunto de procedimentos, materiais, normas e técnicas orientadas por decisões que refletem a prática e princípios da cultura Organizacional. (FUJITA; GIL LEIVA,2009, p. 155).

Nesse contexto, fica claro que uma PI pode perfeitamente ser considerada como um planejamento a ser usado como uma ferramenta auxiliar do bibliotecário porque faz com que o mesmo ganhe tempo na realização de suas tarefas, agilizando e potencializando assim ao máximo as suas buscas em um catálogo de uma biblioteca quando na recuperação da informação.

Uma boa PI pode se encaixar na Gestão e na Administração de uma biblioteca, visto que o conceito de planejamento se enquadra em uma série de áreas do conhecimento. Planejar uma PI significa interpretar a missão organizacional de uma biblioteca ao estabelecer seus objetivos e os meios necessários para a realização desses objetivos com o máximo de eficácia e eficiência.

Em outras palavras planejar uma PI significa decidir antecipadamente aquilo que deve ser feito em termos de indexação, como também indica como deve ser feita, quando e principalmente por que se está indexando.

### **2.2.2 A Razão para se estabelecer uma PI**

O estabelecimento de uma PI é uma maneira eficaz de se conjugar a prática cotidiana com os aportes teóricos, propiciando uma maior padronização aos produtos e serviços oferecidos em uma biblioteca.

De acordo com Guimarães (2004, p. 46), [...] o estabelecimento de uma política de indexação do sistema contribui – e muito – para que o leitor/usuário e documento deixem de ser sujeito e objeto para se tornarem dois sujeitos que interagem (uma vez que o usuário, com sua participação, estará sempre a recriar o documento e, por conseguinte, a realimentar o sistema).

Diante do exposto uma PI torna-se assim uma rica fonte de consulta que serve basicamente para nortear as ações cotidianas dos catalogadores de assunto em uma biblioteca.

Nesse contexto, os produtos e serviços oferecidos devem caracterizar-se pelo dinamismo dos processos que fatalmente tendem a gerar um produto final de excelência em seus resultados a serem oferecidos aos usuários de uma biblioteca. Nunca se pode esquecer que para conseguir um bom resultado em uma indexação, é indispensável à presença de um bibliotecário indexador, “[...] este profissional se posiciona como mediador entre as diversas materialidades textuais contidas nos acervos e seus potenciais usuários” (SILVEIRA; MOURA, 2007, p.123).

Diante dos dizeres citados se compreende que as razões para se estabelecer um manual de PI em uma biblioteca podem ser vistas como:

- a) serve para Intensificar a eficácia dos serviços a serem realizados na base de dados fazendo com que o bibliotecário realize as suas atividades de forma rápida eficiente;
- b) pode vir a gerar resultados imediatos tanto da busca como na resposta do sistema da base de dados da biblioteca como um todo, atingindo o objetivo principal da biblioteca que é de suprir a informação correta na hora exata das necessidades de informação do usuário da biblioteca;
- c) é capaz de sinalizar revelando e indicando os resultados da pesquisa atingidos de forma plena salientando os objetivos de informação do usuário;
- d) melhora a utilização de recursos disponíveis para as pesquisas dos usuários;
- e) oferece uma eficácia a base de dados da biblioteca focando de modo claro aquilo que o usuário da biblioteca vem realmente buscar em sua pesquisa;
- f) mantém a base de dados sempre atualizada e constantemente oferece uma boa fonte de dados nas pesquisas de seus usuários;
- g) padroniza, simplificando todas as atividades que dizem respeito à indexação em uma biblioteca;
- h) oportuniza a informação adequada na busca dos usuários de uma biblioteca, preenchendo plenamente as necessidades de pesquisa dos mesmos;
- i) amplia a rapidez nas tomadas de decisões do bibliotecário e muitas vezes evita o conflito entre a alta administração e as atividades a serem executadas pelos bibliotecários.

### 2.2.3 A importância de uma política de indexação

No que diz respeito à importância de uma PI em uma biblioteca ela tende a ajudar o bibliotecário em seus procedimentos e tarefas diárias, bem como na capacitação de novos profissionais e na manutenção da padronização das regras da biblioteca. Uma PI, nada mais é que um plano relacionado com métodos de trabalho ou de execução. Em vista disto deve-se esclarecer que o plano é uma orientação predeterminada que deve estabelecer a ação sobre um período específico que reproduz uma resposta a uma antecipação ao tempo no sentido de alcançar um objetivo formulado. O plano expõe um curso de ação para alcançar um objetivo e proporciona respostas às questões o que?, quando?, como?, onde? e por quem? Chiavenato (2000). Diante do exposto acima:

Para Nunes (2004), a PI é antes de tudo um planejamento que produz um resultado imediato, isto é, ela gera um propósito comum que envolve a previsão, a programação e a coordenação de uma sequência lógica de eventos, os quais deverão conduzir ao alcance dos objetivos que os comandam.

Para Rubi (2012, p. 107) a política torna-se “[...] uma importante aliada para que o bibliotecário realize seu trabalho de maneira mais racional e objetiva, servindo como elemento norteador para a realização de sua tarefa [...]”

Assim sendo a PI ajuda e muito a eficiência e eficácia de todas as operações a serem realizadas em uma base de dados em uma biblioteca.

Nesse sentido se considera que:

Os sistemas de informação são compostos por partes interligadas (inserção de documentos, classificação, catalogação, indexação etc.) com objetivo comum de disponibilizar a informação da melhor maneira possível. Nota-se, portanto, que a indexação e, por conseguinte, sua política, é uma das partes desses sistemas e, como tal, deve integrar também o planejamento global dos sistemas de informação como um parâmetro de sua administração no contexto gerencial. (FUJITA; RUBI 2006, p. 49).

Por conseguinte, a indexação e a sua política abrange todo o trabalho técnico e intelectual que é desenvolvido para organizar e tratar a informação sendo reconhecido e ao mesmo tempo atrelado aos demais propósitos da unidade, inclusive os desdobramentos envolvendo a construção da política e sua atualização.

Segundo Chiavenato (1994), cada organização pode ser avaliada sob o ponto de vista de eficácia e de eficiência, simultaneamente, os mesmos princípios podem ser aplicados a qualquer tipo de biblioteca. Ainda para Chiavenato (1994), a eficácia é uma medida do alcance de resultados, enquanto a eficiência é uma medida da utilização dos recursos nesse processo.

Aplicando o pensamento do autor acima citado no contexto da biblioteconomia, pode-se estabelecer que a eficácia refere-se à sua capacidade de satisfazer uma necessidade de informação de seus usuários por meio do suprimento de seus produtos (bens ou serviços), enquanto a eficiência é uma relação técnica entre entradas e saídas da informação na base de dados de uma biblioteca.

#### **2.2.4 O estabelecimento de uma PI**

O estabelecimento de uma PI é uma maneira eficaz de se conjugar a prática cotidiana com os aportes teóricos, propiciando uma maior padronização aos produtos e serviços oferecidos em uma biblioteca. Deve ser sempre atualizada e bem definida, tornado-se assim como uma rica fonte de consulta que serve basicamente para nortear as ações cotidianas dos catalogadores de assunto em uma biblioteca.

De acordo com Guimarães (2004, p.46):

[...] o estabelecimento de uma política de indexação do sistema contribui – e muito – para que o leitor/usuário e documento deixem de ser sujeito e objeto para se tornarem dois sujeitos que interagem (uma vez que o usuário, com sua participação, estará sempre a recriar o documento e, por conseguinte, a realimentar o sistema).

Endossando as palavras acima descritas, a PI:

[...] será norteadora de princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para otimização do serviço e racionalização dos processos. Pode-se dizer então, que a política de indexação é uma decisão administrativa indispensável a um sistema de recuperação de informação, pois, somente depois de seu estabelecimento, é que o sistema em questão poderá definir suas características principais. (RUBI; FUJITA, 2003, p.67)

Dentro deste contexto se deduz que ao se formalizar uma PI está se estabelecendo uma serie de decisões e ações a serem seguidas durante o processo de indexação em uma biblioteca. Sendo assim, os produtos e serviços oferecidos

devem caracterizar-se pelo dinamismo dos processos que fatalmente tendem a gerar um produto final de excelência em seus resultados a serem oferecidos aos usuários.

O processo de indexação se inicia com a leitura documentária. Esta leitura caracteriza-se, de acordo com Fujita (2004), pela presença de operações seletivas para o processo de identificação e extração de informações. Este processo se realiza mediante variáveis que são específicas, dentre elas destacam-se:

- a) instruções textuais;
- b) condições de produção;
- c) circunstâncias de enunciação;
- d) momento e lugar de enunciação.

Para alguns autores existem várias etapas ou momentos da leitura documentária, como é o caso de Robredo (2005, p. 165), que nos relata:

- 1) a análise conceitual do conteúdo significativo do documento, ou seja, a identificação do assunto;
- 2) a expressão desta análise, através de um conjunto de palavras, frases ou códigos que representem o assunto;
- 3) a tradução das descrições dos assuntos relevantes para a linguagem de indexação;
- 4) a organização das descrições padronizadas dos assuntos de acordo com a sintaxe da linguagem de indexação.

Silva e Fujita (2004) explicam que essa leitura documentária, realizada pelo leitor-indexador na fase da análise, corresponde à primeira fase de abordagem entre o leitor-indexador e o texto a ser analisado.

Na análise conceitual iniciada com a leitura documentária, utiliza-se um procedimento específico de leitura chamada de “leitura técnica” que deve englobar:

[...] o estudo metódico do conteúdo de um documento que realiza o classificador para determinar os assuntos tratados e, mediante uma operação analítico-sintética, estabelecer os símbolos que representarão esse item no acervo. A leitura técnica compreende a análise do corpo central da obra, complementada por outras fontes de informação que integram a obra sob estudo, como o título e seu grau de representatividade, o sumário e o índice de assuntos, as orelhas e as contracapas, o prefácio, a catalogação e a classificação na fonte. (CUNHA ; CAVALCANTI 2008, p. 222).

Diante do exposto acima se pode dizer que o processo de indexação é uma análise do documento a ser indexado e que vai entrar no índice da base de dados da

biblioteca. Neste processo o bibliotecário extrai por meio de termos apropriados àquelas palavras que melhor vão definir o conteúdo do documento, usando uma linguagem corrente ou recorre ao uso de tesouros, cabeçalhos de assuntos entre outros instrumentos.

O indexador, na atividade de leitura para fins documentários, tem por objetivo identificar o tema ou assunto do documento. Deve ter consciência do porque está lendo um texto, essa consciência torna a leitura meta cognitiva. O indexador durante esta atividade, deve sempre buscar a compreensão em profundidade do assunto a ser indexado, pois somente assim pode ter a certeza de realizado um bom trabalho.

A política de indexação abrange além das atividades propriamente ditas da indexação também outras atividades que dizem respeito à gestão da biblioteca.

### **2.2.5 A finalidade de se formalizar uma PI**

O propósito de se formalizar uma PI em um manual é que o mesmo vai ser útil para orientar o bibliotecário de uma maneira clara e ao mesmo tempo consistente na realização do tratamento temático da informação.

Nesse contexto pode-se destacar ao discutir os elementos constitutivos de uma política "[...] Em primeiro lugar a política de indexação deve ser enunciada formalmente num documento oficial da biblioteca ou serviço de informação [...]" (NUNES, 2004, p. 57). "[...] Em segundo lugar, deve dispor sobre o tratamento que será dado aos diferentes domínios disciplinares cobertos pelo acervo da biblioteca [...]". (NUNES, 2004, p.57).

Para Fujita;Santos (2016, p. 16), a função de se formalizar uma PI significa "[...] O fato é que a existência de uma política de indexação e seu registro oficial pela biblioteca ou sistema tem a função de circunstanciar as condições daquele momento para o respaldo das decisões a respeito de elementos [...]".

Completando ainda na formalização de uma PI:

[...] torna-se necessário que ela esteja descrita de maneira clara e objetiva e ao alcance de todos [...]. Contudo, esta não deve funcionar apenas como um guia ou regulamento, ou seja, como um conjunto de regras para indexar. A política de indexação precisa refletir e ser parte da cultura interna da unidade. (FUJITA; RUBI,2006, p.53).

Diante do exposto a PI deve ser formalizada em um documento oficial, tendo como função auxiliar o bibliotecário na hora de indexar. Visa sempre, uma recuperação instantânea da informação, oferecendo ao usuário final, um serviço de qualidade.

O que mais importa ao usuário é que o mesmo identifique os documentos que vão ao encontro de suas necessidades de informação.

Assim sendo, uma PI melhora a qualidade dos serviços que tem sido uma preocupação frequente dos bibliotecários. Também não pode ser esquecido que uma PI deve sempre refletir os interesses e os objetivos da instituição mantenedora da biblioteca.

Uma PI pode ser considerada como um instrumento que vai redefinir as práticas profissionais no âmbito do processo de tratamento temático da informação, possibilitando aos profissionais que atuam na catalogação, as mudanças estruturais na formação em serviços e na concepção dos perfis profissionais. Os assuntos a serem catalogados em uma base de dados devem ser sempre respaldados por normas e diretrizes atualizadas que atendam as especificidades de cada contexto informacional e direcionem as ações cotidianas. Nesta perspectiva se aplica perfeitamente uma PI em qualquer tipo de biblioteca desde as mais simples como as escolares até as mais complexas como as bibliotecas especializadas.

Diante do exposto a principal finalidade de uma PI em uma biblioteca pode ser definida como uma estratégia que vai servir ao bibliotecário a prever as situações inesperadas e problemáticas com antecedência na hora de fazer a catalogação na base de dados.

Em suma uma PI, concretiza, sistematiza e representa em forma de um manual que é formalizado, todos os processos a serem seguidos pelo catalogador.

### 2.2.6 A Indexação e a Política de Indexação

A indexação tem por meta fornecer, por meio de termos, representações de conteúdos de documentos que poderão ser recuperados pelo usuário no momento da busca.

Para que exista a correspondência entre os índices e os documentos recuperados, é preciso que os sistemas que trabalhem com a informação adotem uma PI condizente com esse propósito. Cada leitor tem o seu próprio entendimento daquilo que está lendo, formando sua opinião e estabelecendo os seus próprios conceitos. É preciso levar em conta também que existe um aspecto emocional do indexador na hora em que o mesmo está fazendo a análise do assunto.

Naves (2001, p. 192) nos relata que:

o processo de análise de assunto, do ponto de vista do indexador, é iniciado com a fase de leitura do texto. Para isso, é necessário que se conheçam tipos e estruturas de textos para iniciar-se a sua leitura com fins específicos. Após essa leitura, passa-se à fase da extração de conceitos que possam representar o conteúdo temático do texto, para se chegar ao momento da fase de representação da atinência (aboutness), em que são definidos os termos em linguagem natural, denominados por Frohmann (1990) de frases de indexação, que, depois de traduzidos para uma linguagem de indexação, passam a ser chamados de descritores de assunto, cabeçalhos de assunto, palavras chave, termos de indexação ou enunciados.

Diante disso, a leitura é uma atividade cognitiva, que depende da bagagem cultural, conhecimento do assunto a ser indexado e experiências do indexador, fazendo desta forma que tenha uma interpretação diferente por parte de cada indexador. Confirmando os dizeres acima:

A análise de assunto envolve grande complexidade, pois, além do problema da terminologia, existe a influência direta das pessoas que a executam, conhecida como subjetividade, pela qual o indexador interpõe seus próprios valores em sua atuação de intermediário entre autores e usuários, ainda que a tarefa do indexador seja determinar, de forma precisa, o conteúdo do documento. (NAVES, 2000, p.68).

O estado emocional do indexador terá uma forte influência na hora da indexação. Todos os seres humanos estão sujeitos a falhas e inúmeros fatores vão exercer influências na indexação propriamente dita como o meio onde ficamos, se estamos tristes, felizes, bem-humorados ou mal-humorados. São pequenas coisas que podem afetar a execução do trabalho, porém se métodos e critérios estiverem bem estabelecidos em uma política de indexação, situações como essa poderão ser evitadas ou então atenuadas.



A análise de assunto na hora da indexação envolve além dos aspectos cognitivos outros fatores como linguísticos, lógicos que são desenvolvidos pelo indexador por meio de um processo quase que automático e que vão influir em seu trabalho de indexação final. Segundo Cesarino; Pinto (1980, p.33), a análise de assunto “[...] é a operação base para todo o procedimento de recuperação de informações, sendo feita pelos bibliotecários em duas situações:

- a) quando se recebe um documento que deve ser incluído neste num sistema de informações. Nesta situação, se faz uma análise com o objetivo de determinar o conteúdo informativo do documento em questão, tendo em vista o objetivo do sistema e as necessidades dos usuários;
- b) ao se receber um pedido de informação, se deve fazer uma análise desse com o objetivo de compreender a necessidade de informação transmitida pelo usuário, identificar os conceitos existentes no pedido e ao mesmo tempo traduzir para a linguagem adotada pelo sistema.

Diante dos dizeres acima apresentados, o bibliotecário ao indexar um documento na base de dados, deve ter muita atenção aos termos a serem inseridos no sistema, uma vez que isto pode determinar para o usuário uma busca rápida ou não daquela informação que o mesmo veio buscar em sua pesquisa na biblioteca. A indexação requer tempo e experiência para ser realizada de uma forma aceitável. Bons indexadores geralmente são profissionais muito requisitados. Seu conhecimento tem um custo financeiro compatível com a sua experiência. Também não se pode esquecer que uma indexação está voltada aos objetivos da instituição mantenedora de uma biblioteca e principalmente seu público alvo. São muitos os fatores que vão influenciar em uma boa indexação. Entre os que vão influir diretamente na indexação pode-se citar conhecimento por parte do indexador do assunto a ser indexado, o conteúdo temático do documento, a complexidade do documento e a própria língua em que o documento está escrito. Uma boa indexação é fundamental para se conseguir um acesso rápido e ao mesmo tempo eficaz quando se busca a recuperação da informação.

Segundo Silva; Fujita (2004, p.136) o conceito de indexação:

[...] surgiu a partir da elaboração de índices e atualmente está mais vinculada ao conceito de análise de assunto. Com a evolução da prática, em decorrência da necessidade de recuperação cada vez mais rápida, precisa e especializada por parte de Instituições informacionais, a construção de índices passou a contar com um aparato metodológico e instrumental mais diversificado e muito mais voltado para o contexto de cada documento.

Tendo em vista o exposto acima, o autor deste trabalho esclarece que para se elaborar uma boa indexação é necessário se estabelecer uma PI que deve ser desenvolvida em um documento formal chamado de Manual de Política de Indexação. Este manual deve ser realizado partindo-se das características e também dos objetivos de cada biblioteca. Uma PI pode perfeitamente servir como subsídio para a organização do conhecimento no catálogo, atuando como guia para o bibliotecário no momento da determinação dos assuntos dos documentos descritos nos registros.

A PI pode vir a garantir e ao mesmo tempo fazer uma personalização do catálogo, contemplado por meio dos assuntos designados para representação dos documentos. Esses registros devem ir ao encontro as futuras solicitações dos usuários de uma biblioteca. O bibliotecário indexador deve ter completo conhecimento da demanda dos usuários que frequentam a biblioteca em que presta seus serviços.

Diante disto, o catalogador que vai inserir os descritores no catálogo, deve ter uma compreensão da esfera do assunto a ser indexado.

Sobre isso se pode complementar que:

Saber usar a linguagem documentária e dominar seu vocabulário é importante, mas não é só isso. É preciso usar estratégias de exploração textual e ter domínio da estrutura textual complementado pelo conhecimento linguístico. É preciso conhecer os objetivos do sistema de informação e a demanda da comunidade usuária para a seleção dos conceitos. (FUJITA, 2003, p.176)

Os dizeres acima descritos por Fujita (2003) consolidam de maneira clara e objetiva o pensamento do autor deste trabalho.

### 2.2.7 A Elaboração de uma Política de Indexação

A elaboração e implantação de uma PI é um processo dispendioso e exaustivo, mas é fundamental para que a recuperação da informação seja feita de forma eficaz, precisa e rápida. Sua principal importância é de gerar e fornecer uma maior difusão da informação disponibilizada na biblioteca, permitindo que o usuário tenha acesso a ela de forma dinâmica e precisa.

O sucesso da PI deve ser avaliado através dos seguintes elementos a serem considerados:

A **cobertura de assuntos** é o tema principal ou conteúdos centrais ou periféricos que deve ser incorporado e incluído no sistema da biblioteca, recomenda-se fazer um estudo de usuários para se estabelecer quais os assuntos indispensáveis e próximos aos principais a serem cobertos na base de dados com maior profundidade e aqueles temas que devem ser tratados mais superficialmente.

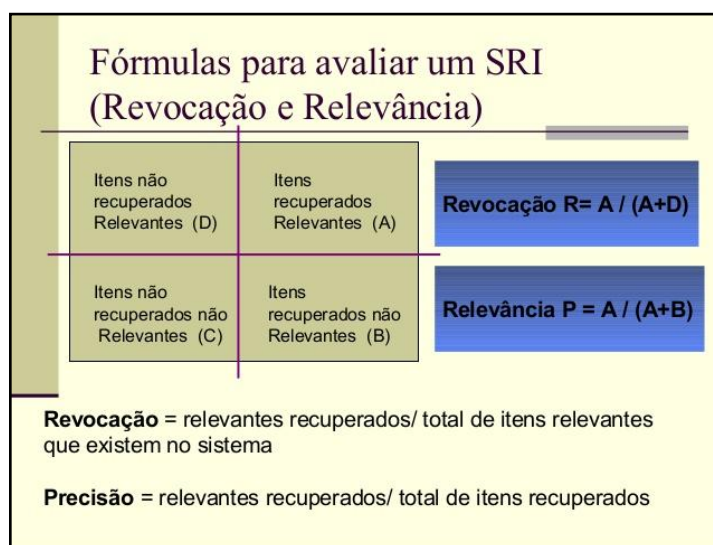
A **seleção e aquisição** de documentos fontes são dois itens importantes uma vez que se trata da compra de materiais a serem adquiridos com a finalidade de fazerem parte do acervo, sempre baseados nas solicitações e demandas dos usuários da biblioteca. Na seleção e na aquisição deve-se ter sempre em mente a extensão da cobertura do assunto e naquilo que diz respeito ao processo de indexação a ser adotado deve-se considerar:

A **exaustividade**: relaciona-se com a capacidade do sistema para indexar o documento em profundidade, isto é, para além do assunto principal, sendo também indexados os assuntos secundários (NAVES, 2004, p.8). Reporta-se à quantidade de pontos de acesso que o bibliotecário deve atribuir a cada documento indexado. Na PI, é um hábito se realizar a indicação por intervalos, aplicáveis segundo os assuntos e formatos dos documentos Nunes (2004). “O número de entradas temáticas, para cada documento, pode variar entre três, cinco, dez ou até mesmo trinta... de acordo com o grau de maior ou menor especialização com que as questões são colocadas” (VEIGA 1997; et al. p. 125).

A especificidade: é uma regra clássica da indexação de assuntos, segundo a qual o bibliotecário indexa o conceito selecionado sempre sob o descritor ou cabeçalho de assunto mais específico disponível na linguagem de indexação

conforme a classificação proposta por Nunes,(2004). “É a capacidade do sistema de nos permitir ser precisos ao especificarmos o assunto de um dado documento” (NAVES, 2004, p. 8). O processo de recuperação da informação é influenciado pelos níveis de especificidade e de exaustividade. Estes por sua vez estão relacionados com as medidas de revocação e de precisão. (ver fórmulas na Figura 1)

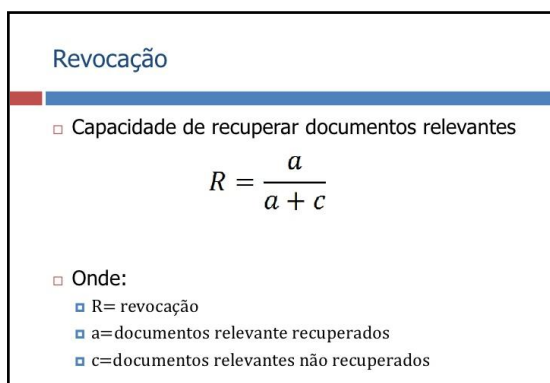
Figura 1- Fórmula Revocação/Relevância



Fonte: Dziekaniak, (2013)

“A revocação mede a quantidade de documentos relevantes recuperados numa pesquisa (a qual inclui documentos irrelevantes, indicando, portanto, uma proporção)” (NUNES, 2004, p. 58); (ver Figura 2).

Figura 2 - Fórmula para o cálculo de revocação

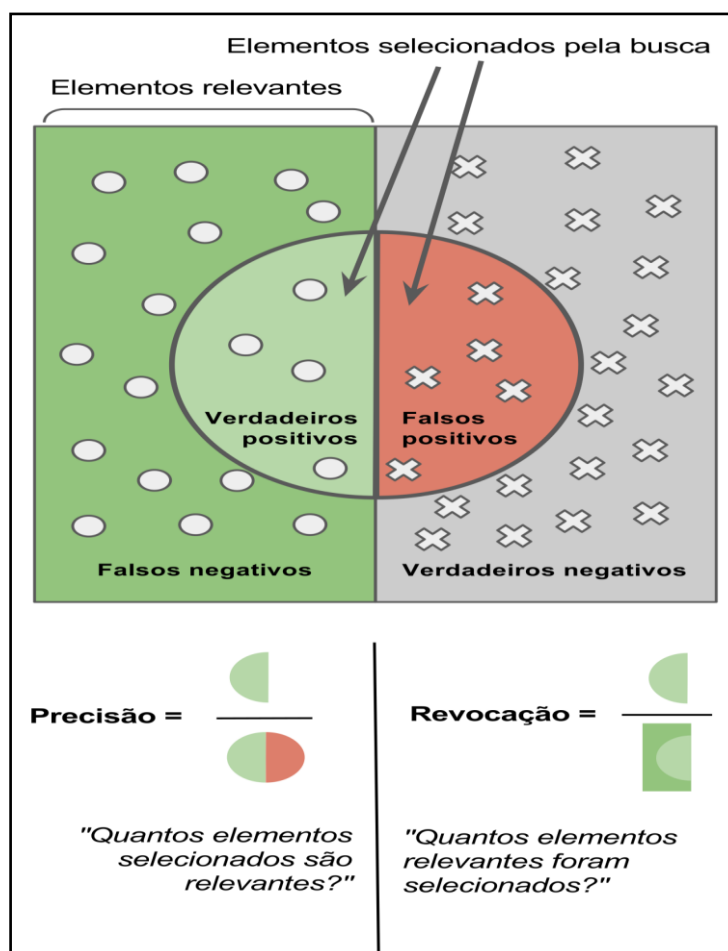


Fonte: Lancaster,F.Wilfrid (1993)

“A precisão designa a capacidade que o sistema tem de evitar a recuperação de documentos irrelevantes” (NUNES, 2004, p.58).

As variáveis, de revocação e de precisão, comportam-se inversamente no aspecto da recuperação da informação e são condicionadas diretamente pelas duas primeiras, a exaustividade e a especificidade segundo a classificação proposta por Nunes, (2004). (ver Figura 3)

Figura 3 – Elementos relevantes na Revocação e Precisão



Fonte: Wikipédia (2017)

As pesquisas mostram que um maior grau de especificidade eleva a taxa de precisão e baixa a de revocação. Pelo contrário, um aumento de exaustividade (extrair todos os conceitos contidos nos documentos), eleva a taxa de revocação, baixando a de precisão (por exemplo, para a pesquisa de documentos sobre Escultura, se o termo utilizado for Artes, haverá alta revocação e baixa precisão, pois serão recuperados documentos que falam sobre escultura, mas não só sobre este assunto. Ao passo que, se a pesquisa for feita pelo próprio termo Escultura, a

revocação será baixa e haverá uma alta precisão, pois só serão recuperados documentos sobre Escultura).

Logo, estas quatro variáveis são os elementos cruciais de uma boa PI, sendo o estabelecimento dos seus parâmetros considerados eficientes e eficazes, para uma dada biblioteca, após a execução de sucessivos ensaios, até que se encontre o ponto de equilíbrio desejado e considerado satisfatório (Nunes,2004).

A escolha da linguagem segundo Lancaster (1968, p.22) afeta diretamente o desempenho do sistema. A linguagem natural é aquela que o próprio usuário define sem intervenção de um indexador. Nesse aspecto Lancaster (1968, p. 24) indica que a expressão normalmente se refere às palavras que ocorrem em textos impressos, considerando-se como seu sinônimo a expressão “texto livre”.

Diante das afirmações acima se pode dizer que o prejuízo do uso de uma linguagem livre é que vai gerar uma menor precisão na recuperação da informação.

No que se refere à linguagem controlada (LANCASTER,2004,p.19) esclarece:

Um vocabulário controlado é essencialmente uma lista de termos autorizados. Em geral, o indexador somente pode atribuir a um documento termos que constem da lista adotada pela instituição para a qual trabalha. Comumente, no entanto, o vocabulário controlado é mais do que uma mera lista. Inclui, em geral, uma forma de estrutura semântica.

Em face do exposto acima um vocabulário controlado é uma lista em que se faz uso de termos técnicos autorizados como tesouros e pode ser também uma lista de autoridades que é constituída por uma coleção de conceitos destinados a representar, de maneira unívoca, o conteúdo dos documentos e das buscas em um dado sistema. A Linguagem controlada é estabelecida com o intuito de se eliminar os problemas que a linguagem natural pode vir a gerar na base de dados, tais como a ambiguidade. O benefício de se estabelecer uma linguagem controlada é que a mesma facilita a entrada e a saída de dados em um sistema de informações e permitir uma maior consistência na indexação, sendo, portanto a mais indicada para uma recuperação mais efetiva.

O tempo de reposta do sistema pode ser considerado como um elemento importante na PI, entretanto, isso se aplicava principalmente em bibliotecas não informatizadas ou automatizadas, uma vez que esse elemento já não mais é aplicado ao contexto atual das bibliotecas, pois a consulta pode ser executada em tempo real em uma base de dados.

Neste contexto entra a internet, por meio de seus estoques de informação no qual o usuário de uma biblioteca pode realizar sua pesquisa de modo imediato.

Nathansohn; Freire (2005, p. 42) esclarecem que “[...] o acesso dos usuários aos estoques de informação nas redes digitais de comunicação é instantâneo e de tendências múltiplas, porque em um único estoque podem ser encontradas muitas estruturas”. Repercutindo a questão do acesso, Freire; Araújo (1999, p. 4) expõem a importância da inclusão dos indivíduos:

[...] mais do que organizar e processar a informação é importante prover seu acesso através dos mais diversos canais de comunicação, de maneira que esse novo fator de produção social possa estar ao alcance [de] todos os grupos sociais que dele necessitem.

Estes dizeres são endossados e compartilhados por Barreto (1997, p.2):

A interatividade representa a possibilidade de acesso em tempo real pelo usuário a diferentes estoques de informação, às múltiplas formas de interação entre o usuário e as estruturas de informação contidas nestes estoques. A interatividade modifica a relação usuário-tempo informação. A interatividade reposiciona os acervos de informação, o acesso à informação e a sua distribuição, e o próprio documento de informação ao liberar o receptor dos diversos intermediários que executavam estas funções em linha e em tempo linear passando para um acesso on-line e com linguagens interativas.

Com base no exposto o autor deste trabalho destaca que tempo de resposta do sistema é aquele intervalo de tempo que decorre entre a solicitação de busca do usuário de uma biblioteca e a resposta fornecida por ela, nas bibliotecas informatizadas. No que se refere a aquelas bibliotecas não informatizadas, principalmente da década de 1980, essas respostas poderiam levar dias ou semanas, dependendo do assunto ou onde as fontes estavam localizadas.

O formato de saída é a forma como os resultados da busca realizada pelo usuário de uma biblioteca devem ser apresentados ao mesmo. Salienta-se que os termos a serem utilizados na busca, impreterivelmente tem necessidade de serem os mais objetivos possíveis para se chegar a um resultado satisfatório. É conveniente que o bibliotecário pergunte ao usuário qual é a melhor opção quanto à apresentação dos resultados.

A qualidade da indexação dos documentos que é feita por um indexador ou mesmo um grupo de indexadores em uma unidade documental pode ser avaliada e mesmo controlada, antes ou mesmo depois que os documentos ingressem na base

de dados. Esta avaliação da indexação pode ser realizada mediante a busca de erros, má prática ou omissões, sendo uma “operação rotineira de controle” em palavras de (LANCASTER,2004,p.87), no entanto, também propõe uma metodologia “mais rigorosa” mediante uma “simulação de uma avaliação real” que se pode realizar da seguinte maneira:

- a) selecionar um grupo de documentos do fluxo de entrada antes que cheguem às mesas de trabalho dos indexadores;
- b) para cada documento, elaborar três necessidades de informação para as quais o item seja uma resposta satisfatória;
- c) elaborar estratégias de busca para cada uma das necessidades de informação por parte de profissionais especialistas em busca de informação;
- d) introduzir de novo os documentos no fluxo de entrada para que os indexadores realizem seu trabalho de maneira rotineira;
- e) comparar a indexação dos indexadores com as estratégias de busca para determinar se com os termos designados aos documentos se recuperariam ou não documentos relevantes do sistema.

Tendo em vista os dizeres apresentados, destaca-se que são muitas as possibilidades de fazer um exame da qualidade da indexação nos documentos que dão entrada em uma base de dados de uma biblioteca.

A avaliação da qualidade da indexação é uma aferição que deve ser realizada periodicamente pelo bibliotecário com a finalidade de se verificar se os termos que estão sendo usados para identificar os documentos indexados no sistema estão satisfazendo ou não às necessidades de pesquisa realizadas pelos usuários da biblioteca.

Ao se estabelecer uma PI temos que ter em mente que muitos são os fatores a serem considerados, entre eles identificar os clientes, a organização, os recursos humanos, materiais e financeiros, e principalmente a organização a que biblioteca está vinculada.

Diante do exposto, o público alvo de uma biblioteca está intimamente ligado à comunidade que a biblioteca se destina e ao tipo de usuário da mesma.

Lancaster (1968, p. 62) nomeou a PI como documento de entrada de documento explicando que “[...] é a política adotada a respeito do material indexado no sistema”. Ele esclarece que há dois aspectos nessa política que dizem respeito diretamente ao usuário: a extensão da cobertura das áreas de assunto de seu interesse; e a qualidade dos documentos adquiridos nessas áreas. Além disso, o autor aponta a capacidade de revocação e precisão do sistema de informação como a mais importante característica a ser observada [...].”



Deve-se considerar também que a determinação dos recursos financeiros é fundamental no planejamento de um sistema de recuperação. Os recursos humanos não devem de forma alguma serem esquecidos, além disso se deve levar em conta também os recursos materiais a serem empregados na biblioteca. Quanto maior o nível de exaustividade for à indexação, fatalmente os custos irão aumentar. A especificidade deve ser mantida de acordo com as exigências feitas aos sistemas.

A estratégia de busca e a avaliação do sistema são itens muito importantes que devem ser levados em conta em uma PI. É significativo se ter uma boa indexação uma vez que a mesma gera um acesso rápido e eficiente, tendo como ponto principal o conteúdo dos documentos. Para se definir uma PI, devemos ter em mente os aspectos abaixo relacionados:

- a) Que a PI seja enunciada oficialmente em um documento da biblioteca ou serviço de informação e que seja homologada em comum acordo com a Direção. Com esta medida, certifica-se a sua continuidade, mesmo que haja substituição do bibliotecário responsável. Mas é preciso lembrar que formalizar não significa sacramentar, pois a política de indexação deve ser flexível, se atualizando e adequando conforme as necessidades. Deve-se explicar o tratamento que será dado aos diferentes domínios disciplinares cobertos pelo acervo da biblioteca, pois não há nenhum motivo para se indexar com a mesma profundidade os assuntos de todas as áreas. Deverá ser indexado com maior profundidade aquele material mais pertinente aos objetivos da biblioteca;
- b) Que a PI proveja mecanismos de atualização da linguagem de indexação, seja autonomamente ou obedecendo às diretrizes da instituição que a desenvolveu. Qualquer que seja o caminho escolhido é necessário que se faça os registros de todas as decisões tomadas. Durante intervalos de tempo regulares ou dependendo do número de documentos indexados, é conveniente que se faça uma análise crítica das resoluções tomadas, evitando que se fixem no tempo decisões pouco consistentes. A revisão de uma pequena quantidade de documentos implica custos relativamente pequenos e contribui para ampliar a eficiência do sistema, enquanto que as verificações de uma grande quantidade de documentos, devido aos elevados custos, podem se tornar impraticável e dar origem a uma séria perturbação do desempenho do sistema

Assim sendo, se considera então, que a principal missão de uma PI é orientar o indexador de modo que assegure que a indexação mantendo a qualidade e a uniformidade da informação, proporcionando a recuperação de um documento de maneira instantânea e convincente, oferecendo desta forma um bom serviço aos

usuários de uma biblioteca. Uma PI é fundamental independentemente do suporte em que os documentos a serem indexados se apresentem.

A atualização da PI deve se desenrolar conforme se alterem as condições institucionais e de acordo com a evolução do conhecimento humano, este processo afeta a linguagem natural e as linguagens documentárias. Portanto diante do exposto uma PI é um instrumento dinâmico, em permanente atualização (NUNES, 2004, p.61).

Portanto uma PI “ não pode ser vista apenas como regras a serem seguidas, mas como uma filosofia que reflete os objetivos de uma instituição “[...] Rubi;Fujita (2006.p.49). Os serviços internos que envolvem uma PI, sempre devem ser precedidos de um diálogo e uma negociação entre os bibliotecários de uma mesma biblioteca.

O não estabelecimento de uma PI vai gerar a falta de um padrão a ser seguido dentro da indexação de assuntos em uma biblioteca e vai prejudicar não apenas o bibliotecário no momento da definição dos termos a serem indexados na base de dados, mas principalmente pode colocar em risco a qualidade da recuperação da informação, Carneiro (1985) apresenta uma PI como um dos requisitos imprescindíveis ao planejamento de um sistema de recuperação de informação, complementando ainda que ao se estabelecer uma PI se identifica o contexto da clientela e a disponibilidade de recursos relativos à infraestrutura.

O autor deste trabalho acrescenta ao pensamento exposto por Carneiro (1985) dizendo ainda que o não estabelecimento de uma PI pode vir a gerar na base de dados a não identificação de termos pertinentes em frente de determinada expressão de busca, estando, portanto, comprometido o cumprimento da função da biblioteca dentro da comunidade em que está inserida, e conseqüentemente às necessidades de informação dos usuários que podem não ser adequadamente atendidas.

Tendo em mente que sendo uma PI uma diretriz, que tem por meta explicitar as escolhas técnicas (por isso política) que a biblioteca faz, os bibliotecários precisam observar em suas rotinas o que está estabelecido na PI.

Em vista disto, se compreende que é indispensável uma revisão de uma PI para se assegurar um bom serviço ao usuário. As decisões e procedimentos devem ser constantemente revistas, pois sempre haverá necessidade de adaptar as rotinas de processamento à atualidade. A revisão de política a princípio deve se dar em

média de intervalos semestrais pela equipe da biblioteca e mediante a aprovação da direção.

Alterações provindas de mudanças gramaticais, adição de novos termos, adições de novas leis ou mesmo alterações de leis vigentes, sugestões dos usuários, por exemplo, podem ser efetuadas quando a equipe técnica de uma biblioteca, julgar necessário e adequado, visando uma recuperação de informação mais eficiente dentro da unidade de informação e facilitando o uso e a busca da pesquisa pelos usuários da biblioteca.

Periodicamente deve ser efetuada uma contabilização de estatísticas, processamento técnico, elaboração de relatórios de circulação e empréstimo, para fins de se conseguir um melhor desempenho no serviço a ser oferecido aos clientes da biblioteca.

### 3 O SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO (SRI)

O SRI é a conexão entre a informação e o usuário de uma biblioteca. Com o surgimento de novas tecnologias a cada dia que passa e a constante evolução da informação se observou que a produção do saber se apresenta formalmente estruturada sobre várias maneiras, como por exemplo, sobre a forma impressa como livros, periódicos, folhetos, patentes, relatórios técnicos, normas técnicas, entre outros.

Neste sentido a recuperação da informação é fundamental para aquelas pessoas que estão buscando o conhecimento, e que frequentam as bibliotecas. Dentro deste contexto entra a PI que vai auxiliar o bibliotecário na indexação de todo o material de uma biblioteca e ao mesmo tempo facilitar o atendimento dos usuários em sua busca de pesquisa e conhecimento.

Para (MACEDO, 1990, p.9) há dois sentidos para a conceituação do serviço de referência:

o primeiro conceito com sentido restrito, sendo a essência do conceito de referência que é o atendimento pessoal do bibliotecário ao usuário que, em momento determinado, a procura para obter uma publicação ou informação, por ter alguma dificuldade, ou para usar a biblioteca e seus recursos e precisar de orientação; ou, ainda, não encontrando a informação na biblioteca, precisar ser encaminhado para outra instituição.

No que se refere ao segundo conceito apresentado por (MACEDO,1990,p.10) tem um sentido amplo, e subdivide-se em dois segmentos, a saber:

- a) serviço de referência de interface entre a informação e o usuário, o qual tem a frente o bibliotecário de referência, respondendo questões, auxiliando, por meio de conhecimentos profissionais, os usuários. Neste momento ocorre a interação entre o bibliotecário/usuário, e pode ser tipicamente o processo de referência;
- b) serviço de referência e informação é tratado ou considerado como um recorte do todo da biblioteca, com pessoal, arquivo, equipamento, metodologia própria para melhor canalizar o fluxo final da informação e aperfeiçoar o seu uso, por meio de linhas de atividades. Neste momento o acervo de documentos da biblioteca vai se transformar em acervo informacional tendo o bibliotecário de referência como o principal interpretador.

Diante do exposto:

O serviço de referência e informação deixa de ser um pequeno espaço isolado, caracterizado por uma mesa onde se instalava um bibliotecário e uma estante com obras de referência [...] e assume o caráter de serviço fim da biblioteca, local onde ocorre a mediação entre a necessidade informacional do usuário e a informação, mediação essa concretizada a partir de todo um trabalho técnico desenvolvido por todos os setores da biblioteca. (ALMEIDA JUNIOR 2003, p.56)

Os dizeres acima citados corroboram plenamente com o conceito de (MACEDO, 1990, p.9-10), e com o pensamento do autor deste trabalho.

No que diz respeito ao processo de referência de acordo com Figueiredo (1991, p. 50), nos relata que:

[...] enquanto os serviços de referência podem variar de biblioteca para biblioteca, o processo de satisfazer às necessidades específicas de informação dos usuários provavelmente permanece o mesmo. [...] quer respondendo a questões para um colegial, quer para um cientista em uma instituição especializada, o processo executado pelo bibliotecário é semelhante em qualquer situação ou meio ambiente.

Portanto considera-se que o processo de referência é similar em diferentes tipos de bibliotecas, mas o Serviço de referência propriamente dito (isto é, o atendimento pessoal do bibliotecário) varia muito de acordo com o tipo de biblioteca em que o profissional atua e pode variar bastante principalmente com o perfil do usuário de cada biblioteca.

O processo de recuperação da informação deve seguir as exigências e necessidades dos usuários, sendo uma atividade considerada bastante complexa.

Esclarecendo:

Os sistemas de recuperação de informação, também denominados de bancos de dados, apresentam uma complexidade indiscutível no processo de armazenamento e busca da informação, envolvendo uma série de aspectos questões interdependentes. (LOPES, 2002, p. 60)

Diante disto para atender tais requisitos o bibliotecário deve fazer uso de competências intelectuais, de recursos de linguagens documentárias e também de tecnologias de informação.

O Sistema de Recuperação de Informação (SRI) é estabelecido por um conjunto de atividades que contemplam desde o processo de seleção e aquisição até a recuperação da informação ou de documentos nas unidades de

documentação, assim sendo uma PI é um fator primordial que vai estabelecer todo esse conjunto de procedimentos e atividades.

Cada vez mais o mercado exige profissionais capacitados para atender usuários visto como mais exigentes. Deve haver uma total interação entre o usuário de uma biblioteca e o bibliotecário que em última análise vai auxiliá-lo na identificação de suas necessidades de demanda de informação.

O serviço de referência que é disponibilizado aos usuários de uma biblioteca (que é em última análise o seu público alvo) deve ser oferecido de uma forma rápida, objetiva e eficiente.

Complementando ainda os dizeres acima descritos:

O serviço de referência não é simplesmente, aquilo que os bibliotecários executam para localizar as respostas às questões que lhes são formuladas. Também inclui a etapa anterior, crucial, durante a qual eles analisam junto com os consultantes a natureza de seus problemas. (GROGAN, 1995, p.36)

Diante do exposto, o estabelecimento de uma PI deve-se levar em conta a ocupação e o campo de interesse dos usuários, o tipo de produto exigido pelos mesmos, a delegação de busca, o conhecimento de língua estrangeira, o tempo coberto pelos documentos, a preferência pelo formato de saída, e exemplos de perguntas feitas por usuários. Recomenda-se fazer um estudo de usuários antes de se estabelecer uma PI.

Quanto às exigências dos usuários, temos sempre que ter em mente procurar oferecer a eles um menor esforço em sua busca, um sistema que ofereça uma ampla cobertura de assuntos, com qualidade de material sendo que a resposta do sistema também é muito importante.

No que concerne aos Softwares que são utilizados em bibliotecas, pode-se citar como os mais utilizados o Pergamum, Aleph, Sophia entre muitos outros existentes no mercado atualmente. No entanto, muitas bibliotecas ainda não tem os seus serviços automatizados e não disponibilizam o acesso via Internet por falta de recursos tecnológicos e financeiros. Vale lembrar que a maioria destes sistemas em uso hoje são do tipo "proprietário", isto é, requerem a aquisição de licença para seu uso, envolvendo custos significativos. Não é o objetivo de o presente trabalho entrar na área dos Softwares. Mas a título ilustrativo será apresentada as principais características do Software ALEPH, sendo ele, um dos sistemas utilizados nas bibliotecas universitárias que foram consultadas para a realização deste trabalho.

O sistema ALEPH 500, proprietária da Ex Libris foi inicialmente desenvolvido em Israel e posteriormente vendido para diversas instituições ao redor do planeta com a finalidade de ser usado em bibliotecas. Atualmente esse sistema é utilizado em boa parte das bibliotecas de grande porte. Tem um software aprovado e reconhecido mundialmente. Apresenta uma série de vantagens em relação aos demais sistemas sendo compatível entre outros sistemas inclusive com o Marc 21. Pode atender a busca de cinco mil usuários simultaneamente entre muitas outras vantagens. O sistema integrado de bibliotecas ALEPH é um líder de mercado na automação de bibliotecas e centros de pesquisa. Baseado nos padrões da indústria, este sistema avançado reflete o compromisso da Ex Libris com a produção de ferramentas eficazes de gerenciamento do conhecimento, entregando aos nossos clientes um moderno pacote de ferramentas que facilita a administração de suas instituições. Após duas décadas de experiência, milhares de clientes leais pelo mundo atestam às forças do software e as soluções encontradas pela Ex Libris para lidar com os desafios tecnológicos que as bibliotecas enfrentam no tão dinâmico mundo da informação (EX LIBRIS, 2005)

No que se refere a Catalogação o Módulo de Catalogação do ALEPH integra funções de catalogação com todas as demais funções do sistema. Todos os dados são armazenados em Unicode, e o sistema é compatível com uma série de formatos MARC (CNMARC, Mab, MARC21, UNIMARC, etc). A compatibilidade com padrões de catalogação assegura a conformidade com padrões emergentes tais como FRBR e AACR3. A equipe de funcionários pode livremente definir campos locais com opções de validação e de indexação correspondentes. A definição de campos locais permite que a biblioteca tenha a liberdade de catalogar todos os tipos de materiais dentro uma única base de dados.

## 4 METODOLOGIA

O desenho do estudo se caracteriza por uma pesquisa descritiva, com a coleta de dados por meio de pesquisa bibliográfica e questionário com perguntas abertas. Para Triviños (1987, p. 112), os estudos descritivos podem ser criticados porque pode existir uma descrição exata dos fenômenos e dos fatos. Estes fogem da possibilidade de verificação através da observação. Ainda para o autor, às vezes não existe por parte do investigador um exame crítico das informações, e os resultados podem ser equivocados; e as técnicas de coleta de dados, como questionários, escalas e entrevistas, podem ser subjetivas, apenas quantificáveis, gerando imprecisão.

Tendo-se em mente os dizeres de Triviños, se pode dizer que uma pesquisa descritiva é considerada como a realização de um estudo, a análise, e o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico, sem a manipulação ou interferência dele. Ele deve apenas descobrir a frequência com que o fenômeno ocorre ou como se estrutura dentro de um determinado sistema, método, processo ou realidade operacional.

A estratégia de coleta de dados adotada neste trabalho foram utilizados os métodos de observação, *Checklist*, e questionário.

Para Fachin (2002, p35) a observação e o método observacional iniciam-se com as primeiras etapas do estudo e alcança os estágios mais avançados da pesquisa. Permite, inclusive, aprimorar outros tipos de pesquisa.

No que se refere ao *checklist*, Colauto; Beuren (2004, p.133), esclarecem que o *checklist* é um instrumento que permite: “[...] verificar se a população pesquisada dispõe de elementos necessários para aplicação de uma determinada proposta teórica, isto é, para operacionalizar uma pesquisa. Trata-se de conhecer, de forma mais ampla, a população que servirá como suporte para a validação do estudo [...]”. Nesta situação, o universo da pesquisa que foi utilizado neste trabalho, partiu-se da lista dos cursos recomendados pela Capes.

O questionário, segundo Gil (1999, p.128) pode ser definido: “[...] como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc [...]”.



Gil (1999) destaca ainda o seguinte:

- a) as perguntas devem ser formuladas de maneira clara, concreta e precisa;
- b) deve-se levar em consideração o sistema de preferência do interrogado, bem como o seu nível de informação;
- c) a pergunta deve possibilitar uma única interpretação;
- d) a pergunta não deve sugerir respostas;
- e) as perguntas devem referir-se a uma única ideia de cada vez.

Ainda neste contexto Marconi e Lakatos (1999, p. 100) complementam os dizeres de Gil (1999) destacando que junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do recebedor para que ele preencha e devolva o questionário dentro de um prazo razoável.

Tendo em vista os dizeres acima apresentados, se pode dizer que um questionário pode ser considerado como uma técnica que servirá para coletar as informações da realidade, tendo como objetivo o conhecimento de situações, experiências entre outros dados a serem coletados para posterior análise.

De forma a identificar o uso de PI nas universidades que não a tenham exposto em seus sites, recorreu-se ao emprego do questionário como elementos para retorno qualitativo com o objetivo de se averiguar quais instituições (INST) universitárias dispunham de uma PI formalizada em suas bibliotecas.

No que se refere ao questionário utilizado, o mesmo foi composto por três perguntas ou questões (abertas) que foram enviadas via *email* para 19 INST. universitárias selecionadas do estado do Rio Grande do Sul, com o intuito de serem respondidas pelos encarregados das bibliotecas destas instituições.

Um ponto de extrema relevância considerado pelo autor deste trabalho foi sem dúvida, o baixo custo do questionário, além da rapidez e eficiência do mesmo na coleta de dados, e principalmente tomando pouco tempo do entrevistado ao responder as questões formuladas.

Para desenvolvimento do primeiro objetivo específico deste trabalho, buscou-se no Portal dos Cursos Recomendados pela CAPES (CAPES, 2017) a lista de todas as Faculdades e Universidades sediadas no Rio Grande do Sul (Quadro 1).

Quadro 1 - Lista de Cursos Recomendados pela CAPES (2017)

#	Nome da Instituição	UF
1	<b>CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO (UNIFRA)</b>	RS
2	<b>CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE (UNILASALLE)</b>	RS
3	<b>CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IPA (IPA)</b>	RS
4	<b>CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS (UNIRITER)</b>	RS
5	ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA (EST)	RS
6	FACULDADE DE DIREITO DA FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO (FMP)	RS
7	FACULDADE MERIDIONAL (IMED)	RS
8	FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA (FACCAT-RS)	RS
9	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (FEPAGRO)	RS
10	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (FUPF)	RS
11	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE (UFCSPA)	RS
12	<b>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (UNIPAMPA)</b>	RS
13	<b>FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE CARDIOLOGIA (FUC)</b>	RS
14	FUNDAÇÃO VALE DO TAQUARI DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (FUVATES-UNIVATES)	RS
15	HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE (HCPA)	RS
16	HOSPITAL NOSSA SENHORA CONCEIÇÃO (GHC)	RS
17	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS)	RS
18	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSUL)	RS
19	<b>PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUC/RS)</b>	RS
20	<b>UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS (UCPEL)</b>	RS
21	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL (UCS)	RS
22	<b>UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA (UNICRUZ)</b>	RS
23	<b>UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL (UNISC)</b>	RS
24	<b>UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)</b>	RS
25	<b>UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (UERGS)</b>	RS
27	<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)</b>	RS
26	<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)</b>	RS
27	<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)</b>	RS
28	<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)</b>	RS
29	<b>UNIVERSIDADE FEEVALE (FEEVALE)</b>	RS
30	<b>UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL (ULBRA)</b>	RS
31	<b>UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (UNIJUÍ)</b>	RS
32	<b>UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES (URI)</b>	RS
<b>Totais</b>		

Fonte: CAPES

Observação: Em **negrito** as Universidades que foram consultadas neste trabalho.

Na lista se identificaram 32 instituições, das quais foram destacadas somente as universidades, excluindo faculdades, hospitais e institutos. O resultado final gerou uma lista de 20 universidades, que foram selecionadas para a primeira etapa do trabalho. O trabalho se desenvolveu em três etapas que estão abaixo descritas.

Na primeira etapa do trabalho com a elaboração da nova lista, apresentado no Quadro 2, realizou-se uma pesquisa no site dessas universidades para se tomar conhecimento da existência ou não de uma PI disponível para consulta *online*. De forma a preservar o nome das instituições, optou-se em denomina-las de INST1 a INST20 sem nominá-las nesse estudo. Identificou-se por meio do método da observação, que somente a INST1 apresenta uma PI disponível *online* para consulta aberta.

Quadro 2 - Disponibilidade da Política de Indexação nas Bibliotecas *online* (*checklist*)

#	Universidade	Local da PI	Observações	Data da política	Tipo de disponibilidade
1	INST 1	Site da Biblioteca Central	A PI descreve ações referentes aos procedimentos a serem adotados na base de dados da biblioteca.	2014	Acesso público
2	INST 2	ND <i>online</i>			
3	INST 3	ND <i>online</i>			
5	INST 4	ND <i>online</i>			
4	INST 5	ND <i>online</i>	A PI se aproxima mais de um manual de procedimentos	2013	Acesso restrito
6	INST 6		o site da biblioteca, é bem elaborado não disponibiliza sua PI on-line		
7	INST 7	ND <i>on-line</i>			
8	INST 8	ND <i>on-line</i>			
9	INST 9	ND <i>on-line</i>			
10	INST 10		Site bem elaborado, mas não disponibiliza a sua PI		
11	INST 11	ND <i>on-line</i>			
12	INST 12		Site da biblioteca não disponibiliza sua PI		
13	INST 13	ND <i>on-line</i>			
14	INST 14	ND <i>on-line</i>			
15	INST 15	ND <i>on-line</i>			
16	INST 16	ND <i>on-line</i>			
17	INST 17		Não foi possível acessar o site		
18	INST 18		Não disponibiliza a sua PI		
19	INST 19	ND <i>on-line</i>			
20	INST 20		Não disponibiliza a sua PI		

ND=Não disponível

Fonte: autor

Na segunda etapa, realizou-se uma busca nos sites, uma vez que devido ao baixo índice de PI disponibilizadas *online* (5%), foi necessário estabelecer um

contato com os responsáveis das bibliotecas das instituições universitárias, (para a coleta de dados) visando uma resposta mais acurada em relação à existência ou não de uma PI.

Das 20 bibliotecas identificadas, restaram 19 que não disponibilizam a PI em seu site. Dessa forma, recorreu-se novamente ao site da biblioteca dessas instituições para identificar o *email* de seus responsáveis.

Como resultado da busca, foi possível localizar 16 contatos, entretanto 4 bibliotecas não descrevem em seu *site*, quem é o responsável pela mesma, mas apresentam um formulário para contato com a biblioteca, contemplando o contato com todas as suas bibliotecas universitárias.

Com a identificação dos contatos, enviou-se o questionário (via *email*) para a coleta dos dados para os coordenadores das bibliotecas de universidades no estado do RS. Neste novo *email* que foi remetido, questionaram-se as seguintes perguntas:

- 1) Se nas bibliotecas de sua instituição de ensino existe uma Política de Organização de Informação e Indexação (PI)?
- 2) Se é aplicada na prática?
- 3) Se há a possibilidade de remeter uma cópia da mesma para análise do autor deste trabalho?

Considerou-se assim a remessa destes *emails* com as três questões formuladas, como o instrumento de coleta de dados usado nesta pesquisa.

Na terceira etapa do trabalho realizou-se a análise dos dados coletados por meio dos questionários preenchidos com as respostas (via *email*) das INST. de ensino universitário. O modelo do *email* que foi enviado (pelo autor desta pesquisa) esta exposto no Quadro 3.

**Quadro3- Modelo do *Email* do Questionário remetido aos bibliotecários das universidades selecionadas**

Prezados Bibliotecários da (Nome da Instituição),

Sou aluno de graduação do curso de Biblioteconomia da UFRGS, estou realizando uma pesquisa para o meu TCC, que tem como objetivo o tema intitulado "A Política de Indexação como ferramenta Auxiliar do Bibliotecário" e gostaria de sua colaboração respondendo as questões abaixo citadas com as seguintes informações:

1) Se sua instituição de ensino e biblioteca tem uma Política de Organização de Informação e Indexação? (PI)

2) Se a política de indexação é aplicada na prática?

3) Se há a possibilidade de nos remeter uma cópia da mesma para análise?

O material enviado será utilizado unicamente para fins de pesquisa, junto ao meu TCC. Todas as informações permanecerão confidenciais, não serão mencionadas as fontes e seu conteúdo.

Agradeço antecipadamente a atenção dispensada,

Jaques Braun

Aluno: Jaques Braun

Prof. Orientador: Prof. Dr. Rene Faustino Gabriel Junior

Obs. Identificamos esse contato diretamente no site de sua instituição.

Fonte: autor

Na preparação da análise dos dados coletados o autor, procurou ser o mais objetivo possível na interpretação do teor das respostas recebidas, uma vez que esta preparação permite detectar erros e omissões que poderiam comprometer a qualidade das análises (COOPER, 2003).

Deve-se esclarecer o que uma análise significa:

Análise é a categorização, ordenação, manipulação e sumarização de dados. Seu objetivo é reduzir grandes quantidades de dados brutos passando-os para uma forma interpretável e manuseável de maneira que características de citações, acontecimentos e de pessoas possam ser descritas sucintamente e as relações entre as variáveis estudadas e interpretadas. A estatística, naturalmente, faz parte da análise (KERLINGER, 1980, p. 353).

No que se refere à metodologia que foi empregada no referencial teórico desse trabalho, adotou-se uma pesquisa exploratória.

Para Gil (1999) a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Segundo o autor, estes tipos de pesquisas são os que apresentam menor rigidez no planejamento, pois são planejadas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

Neste sentido Selltiz et al. (1965), esclarecem que a pesquisa exploratória se enquadra no tipo de pesquisa em que todos aqueles que buscam descobrir ideias e intuições, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado. Nem sempre há a necessidade de formulação de hipóteses nesses estudos. Eles possibilitam aumentar o conhecimento do pesquisador sobre os fatos, permitindo a formulação mais precisa de problemas, criar novas hipóteses e realizar novas pesquisas mais estruturadas. Em tal situação, o planejamento da pesquisa necessita ser flexível o bastante para permitir a análise dos vários aspectos relacionados com o fenômeno.

Diante do exposto acima, uma pesquisa exploratória equivale a dizer que o assunto da pesquisa já é conhecido e já foi estudado, mas que a missão deste trabalho foi a de realizar um aprofundamento no tema proposto.

Foram utilizados os elementos da pesquisa exploratória a partir da literatura nas bases de dados, SciELO, Brapci, Catalogo SABI, Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Como estratégia de busca, foram utilizados os termos “política”, “indexação”, “ferramenta auxiliar” nos idiomas português e inglês buscando artigos científicos, livros, capítulos de livros, bem como trabalhos acadêmicos”.

## 5 RESULTADOS E ANÁLISES

A análise dos resultados se inicia com base nos dados que foram levantados pelo *checklist*, no Quadro 1. Observou-se na consulta dos 20 sites destas INST universitárias, que em uma delas é disponibilizado a PI, dentro do próprio site.

Em vista disto foi remetido um *email*, para cada uma das 19 INST de ensino universitário no estado do RS.

Obteve-se o retorno de 8 *emails*, o que equivale a 40% de *emails* recebidos.

O teor das 8 respostas que efetivamente acusaram o recebimento do *email* remetido para a pesquisa está disponível no ANEXO A deste trabalho.

Um total de 11 instituições não acusaram o recebimento do *email* que foi remetido com as questões formuladas pelo autor, que equivale a 55% em relação ao numero total de *emails* enviados (observou-se que é um numero bastante expressivo).

As Tabelas 1e2, o Quadro 4 e o Gráfico 1 demonstram em números com relação aos dizeres acima expostos.

Tabela 1 – Porcentagem considerando as 20 Universidades. (respostas dos *emails*)

<b>Respostas dos <i>emails</i></b>	<b>Absoluto</b>	<b>%</b>
Disponibilizaram a PI no site	1	5
Acusaram o recebimento do <i>email</i>	8	40
Não acusaram o recebimento do <i>email</i>	11	55
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100</b>

Fonte: autor

Tabela 2 - Porcentagem em números considerando os 8 *emails* recebidos. (respostas ao questionário enviado)

<b>Resposta ao questionário</b>	<b>Absoluto</b>	<b>%</b>
Responderam as questões	6	75
Não responderam as questões	2	25
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100</b>

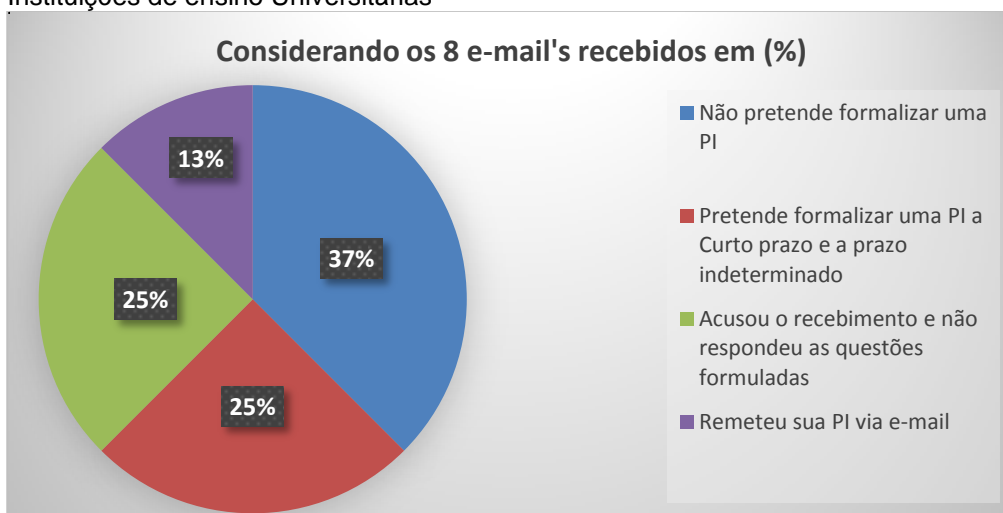
Fonte: autor

Quadro 4 - Resumo das respostas formuladas e que foram recebidas via *email* das 8 Instituições de ensino Universitárias.

INST 2	Pretende formalizar uma PI em curto prazo
INST 3	Acusou o recebimento do <i>email</i> remetido sem dar retorno, não respondendo as questões formuladas.
INST 4	Pretende formalizar uma PI a um prazo indeterminado
INST 5	Remeteu sua PI via <i>email</i>
INST 6	Acusou o recebimento do <i>email</i> remetido sem dar retorno, não respondendo as questões formuladas.
INST 7	Não pretende formalizar uma PI
INST 8	Não pretende formalizar uma PI
IINST9	Não pretende formalizar uma PI

Fonte: autor

**Gráfico1** - Resumo das respostas formuladas e que foram recebidas via *email* das 8 Instituições de ensino Universitárias



Fonte: autor

Considera-se que houve um baixo retorno dos *emails* recebidos pelo pesquisador, (8 *emails*) com as questões formuladas respondidas. Presume-se que algumas das não respostas, mesmo com insistência do pesquisador, são oriundas de falta de pessoal ou da própria falta de uma PI formulada dentro das bibliotecas.

## 5.1 ANÁLISE DE CADA UM DOS 8 EMAILS RECEBIDOS

A análise da INST2 deixa claro pela resposta enviada ao autor, que com a criação de três campus fora da sua sede e o aumento da equipe de bibliotecários, estão verificando a necessidade de organizar um manual específico para indexação



com a finalidade de padronizar as entradas dos documentos em suas bases de dados (RUBI, 2012, p. 107).

Esclarece que atualmente a equipe de seus bibliotecários tem se reunido e que nestas reuniões estão elaborando um manual de indexação.

A INST 3 respondeu que iria dar um retorno as questões formuladas, no prazo de 72 horas úteis. Ao retornar via *email* depois de três dias úteis apenas forneceu um novo *email* para o contato. Encaminhou-se o *email* para o novo endereço de contato fornecido pela INST 3, com o mesmo teor já enviado anteriormente. Não foi mais obtida resposta alguma por parte da INST 3.

Averiguando a resposta da INST4 a mesma ressaltou que Infelizmente ainda não tem uma PI. Que tem pouco pessoal que mal consegue atender a demanda a de serviço que as suas bibliotecas impõem. Deixou claro que uma das principais causas de não possuir uma PI é a falta de pessoal. Ficou explícita a vontade da INST 4 de ter uma política de indexação em suas bibliotecas, mas pelos motivos já enunciados, ficou compreensível que não é possível formular uma PI no momento (deixando a entender que pretende formular uma PI a um prazo ainda não determinado).

Ao examinar as respostas da INST 5 a mesma respondeu é possível atender as perguntas solicitadas pelo autor deste trabalho. Ressaltou que para atender as questões formuladas, necessita que a solicitação venha acompanhada de um ofício assinado pelo orientador. Que este ofício pôde ser digitalizado por *email*, contudo, esclareceu que este ofício deverá ser enviado pelo domínio da UFRGS e não pelo *email* pessoal do autor. Foram atendidas todas as formalidades requeridas pela INST 5. O resultado final foi que dez dias após o atendimento dos requisitos solicitados da INST 5, a mesma remeteu a sua PI, para a análise. (que é examinada detalhadamente no próximo capítulo deste trabalho).

Considerando a resposta recebida da INST 6 a mesma ponderou que era possível responder aos questionamentos efetuados pelo autor via *email*. Ao mesmo tempo solicitou o favor enviar os questionamentos para um segundo endereço de *email*. Remeteram-se os mesmos questionamentos formulados para este segundo endereço (em três ocasiões distintas) e não se obteve mais resposta alguma por parte da INST 6, sendo considerado então que a mesma não respondeu aos questionamentos do autor.

O feedback da INST 7 afirma que a biblioteca da não possui ainda, um documento formal de PI. Esclareceram que possuem um documento para uso interno de sua biblioteca, em que estão previstas as diretrizes da catalogação descritiva, que aborda também as diretrizes da catalogação temática do acervo, que inclui a indexação.

Informaram ainda, que de uma forma geral e sucinta é usado o vocabulário estruturado e trilingue DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) da BIREME e atribuem (preferencialmente) até 5 descritores. Foi observado pelo autor que pela resposta recebida que se trata de uma INST universitária especializada na área da saúde e ficou claro diante da resposta recebida que não pretendem formalizar uma PI.

A réplica da INST 8 enviada as questões formuladas pelo autor esclareceu que todas as suas bibliotecas fazem parte de um sistema integrado entre si por meio de um catálogo *online* e que todos os seus processos técnicos também estão integrados neste sistema. Afirmaram que não existe uma Política de Organização de Informação e Indexação.

O *email* recebido como resposta também disse que apenas, algumas regras foram definidas entre todos os bibliotecários que fazem parte deste sistema e que estas regras, devem ser seguidas a risca pelos mesmos. Citaram que o sistema de catalogação utilizado nas suas bibliotecas é o sistema ALEPH (ver referencial teórico (RT) parágrafo 3 deste trabalho o Sistema ALEPH 500) e que o mesmo tem a opção de abrir uma lista com os descritores utilizados. Pelas respostas recebidas ficou evidente que não pretendem ter uma PI formalizada em um documento específico.

Dissecando o *email* recebido da INST 9 o mesmo esclarece que a sua PI é realizada por meio do uso de um vocabulário controlado. As suas bibliotecas usam os termos padronizados do Catálogo Coletivo de Autoridades da Rede Pergamum e da Biblioteca Nacional. Explicaram que quando não há um termo desejado (assuntos novos da atualidade), procura-se outra fonte/thesauro e em último caso cria-se o termo usando o próprio documento como fonte. As respostas recebidas indicam que esta é a política de indexação que é aplicada na prática, em suas bibliotecas. Como não possuem um documento formal de indexação admitem assim a total impossibilidade de remeter uma cópia do mesmo para análise, deixando claramente compreensível que não pretendem formalizar uma PI.

Abaixo é explicada em detalhes a análise a do conteúdo das duas PI que se conseguiu ter acesso, e que foram obtidas junto as INST 5 e INST 1.

## 5.2 ANÁLISE DA PI DA INST 5

O manual de PI recebido via *email* da instituição 5 é constituído de 14 paginas e dividido em cinco itens ou parágrafos. Começa apresentando o ano de 2013 como aquele em que se estabeleceu a PI e que a mesma foi o resultado das reuniões do grupo de catalogadores da Biblioteca Central da INST 5.

Em uma análise preliminar, observou-se que o PI se aproxima mais de um manual de procedimentos, com a apresentação de vários exemplos práticos a serem seguidos pelos indexadores da instituição.

No capítulo 1 é apresentada a introdução, onde menciona que o objetivo do manual de sua PI que a princípio é de definir um padrão mínimo nos termos que devem ser utilizados na indexação. Segue a princípio o RT exposto neste trabalho conforme Rubi; Fujita (2003). Deixa claro que a atualização e o aprimoramento da PI devem sempre ocorrer ao longo do tempo ou quando se fizer necessário.

Em seguida no capítulo 2 são desenvolvidas as etapas que compõem a indexação, ou seja, análise do documento, extração de conceitos, tradução e representação dos conceitos acompanhando os dizeres do RT de Fujita(2004) e Fujita;Santo(2016). Neste capítulo o manual indica ao indexador como proceder para representar o conteúdo dos documentos na base de dados da INST. Fala da especificidade dos termos a serem adotados de acordo com Nunes (2004), e complementa que a especificidade deve ser uniforme com o conceito de seletividade, sendo que os termos selecionados devem abranger a área geral e, também os assuntos específicos de que tratam o documento, suscetíveis de interesse do usuário.

Averiguando os dizeres do capítulo 3 constatou-se que o mesmo se refere ao Catálogo de Autoridade de Assuntos esclarecendo que o próprio tem a finalidade de manter a uniformidade e a consistência dos descritores. Deixa claro estabelecendo que na INST 5 é recomendado adotar o recurso de remissiva ver e a nota de escopo. São fornecidos vários exemplos práticos a serem empregados pelos indexadores da INST 5. Esclarece ainda que a Remissiva ver (lustração 1) é o termo anulado que remete para o autorizado na Lista de Cabeçalhos de Assunto, e que a

Nota de Escopo (Ilustração 2) é a nota que pode ser utilizada para esclarecer determinado assunto e/ou apresentar a fonte de pesquisa.

Ilustração 1 - Exemplo de remissiva “ver”

Exemplo:  
**Remissiva ver**  
Entrada Principal  
PSICOLOGIA INFANTIL

Remissivas:  
CRIANÇAS – PSICOLOGIA  
PSICOLOGIA DA CRIANÇA

Fonte: autor com base nos resultados da pesquisa.

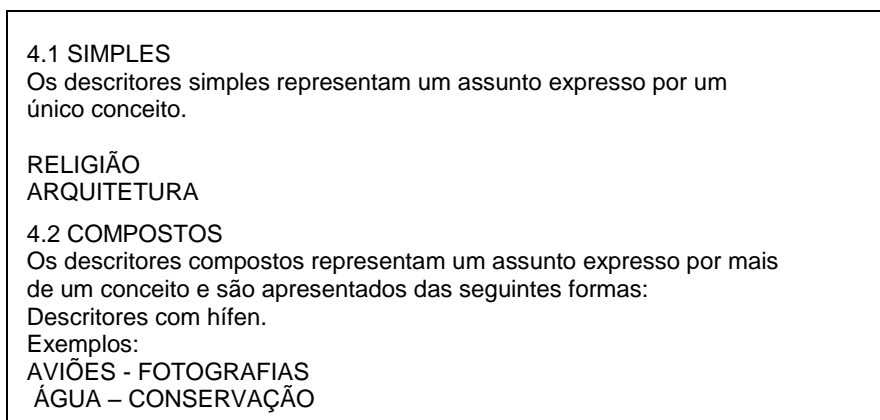
Ilustração 2 - Exemplo de nota de escopo

Exemplo:  
**Nota de Escopo**  
Conforme pesquisa e solicitação por e-mail  
da professora Vera Lucia  
Fernandes no dia 17/04/2013  
Pesquisa realizada na Library of Congress

Fonte: autor com base nos resultados da pesquisa.

Examinando o capítulo 4 foi reconhecido pelo autor que o mesmo diz respeito ao emprego de descritores simples que representam um assunto expresso por um único conceito. Cita que as palavras compostas representadas por um único conceito também são consideradas descritores simples, dando alguns exemplos práticos (Ilustração 3).

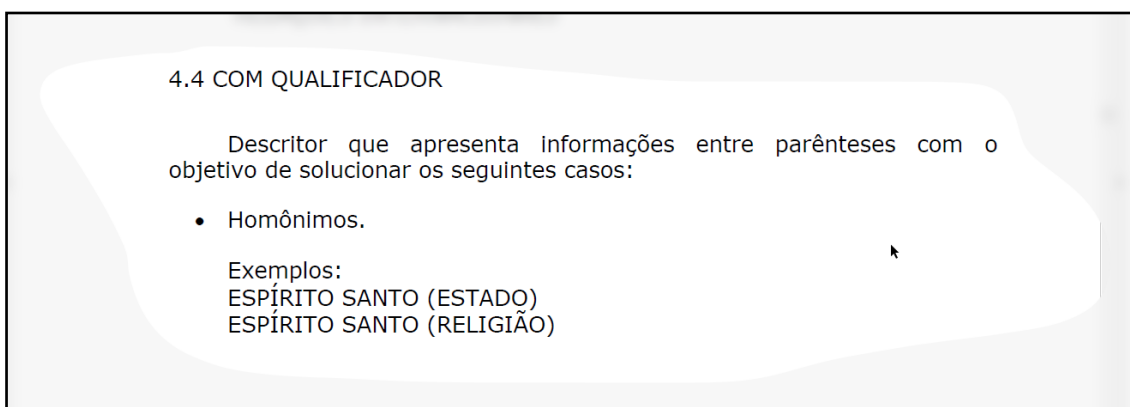
Ilustração 3 - Exemplo de descritores simples compostos



Fonte: autor com base nos resultados da pesquisa.

Prossegue esclarecendo como os descritores compostos devem ser representados em seu catálogo apresentado exemplos práticos de descritores com hífen, de descritores constituídos por expressões e esclarecendo que os descritores invertidos não são utilizados no catálogo. No que diz respeito ao descritor no singular ou plural informa que os mesmos necessitam serem usados, de acordo com as necessidades de cada biblioteca especializada da INST 5. Quanto ao emprego de descritores com qualificador (Ilustração 4), deixa claro que o descritor que apresenta a informação deve vir **sempre** entre parênteses, dando alguns exemplos práticos. O capítulo segue instruindo no tocante ao uso de descritores em subdivisão em aspectos geográficos, cronológicos e de forma, ilustrando com alguns exemplos práticos de uso, bastante úteis ao indexador.

Ilustração 4 - Exemplo de um descritor com qualificador



Fonte: autor com base nos resultados da pesquisa.

Verificou-se que no capítulo 5 da PI da INST5 faz referência quanto às decisões que devem ser tomadas pelo indexador na hora colocar no catálogo aquilo

que é relacionado ao idioma. Neste capítulo é esclarecido que o descritor na língua em português tem prioridade e que em línguas estrangeiras o uso dos descritores estrangeiros é permitido somente nos casos de não existência do termo equivalente na língua portuguesa ou em caso de termos já consagrados na área de assunto a que pertence se deve acrescentar o qualificador da área. Quanto aos termos científicos a entrada dos descritores deve ser pela linguagem natural (nome popular) e também, pelos termos científicos. A classificação da família (*familiae*) será utilizada como assunto, exclusivamente quando estiver expressa no documento. Na entrada pelos nomes de cidades brasileiras deve impreterivelmente ser usando o qualificador com a sigla do estado. Para as cidades estrangeiras é obrigatório o uso do qualificador com a sigla do país, conforme uma tabela específica (chamada de Siglas de Códigos e Países que esta inserida como um anexo no fim do manual de PI da INST 5).

Para aqueles descritores de nomes próprios é recomendado seguir a entrada dos descritores conforme a autoridade de Autor, considerando as remissivas existentes. Os descritores com os nomes de Santos se faz necessário ter a sua entrada no catalogo pelo nome próprio com remissiva para a ordem direta. As biografias devem ter a sua entrada pelo nome do biografado, conforme entrada de autoridade de Autor, sempre se considerando as remissivas existentes.

No que concerne aos dicionários bilíngues devem ter a entrada para os dois idiomas, quando houver as duas traduções. Para dicionários bilíngues que o conteúdo apresenta somente uma tradução, a entrada deve ser pelo idioma principal (Ilustração 5). Nas siglas a entrada deve ser pela própria sigla com remissiva por extenso.

Ilustração 5 - Exemplos de descritores (P/dicionários bilíngues e P/ Cidades)

<p>5.7 DICIONÁRIOS BILÍNGUES  Faça a entrada para os dois idiomas, quando houver as duas traduções.  Exemplo:  PORTUGUÊS-INGLÊS – DICIONÁRIOS  INGLÊS-PORTUGUÊS – DICIONÁRIOS</p> <p>5.3 CIDADES  Faça a entrada para cidades brasileiras usando o qualificador com a sigla do estado. Para as cidades estrangeiras use o qualificador com a sigla do país, conforme Anexo A - Siglas e Códigos de Países.  Exemplos:  PORTO ALEGRE (RS) - HISTÓRIA  SAN DIEGO (US) – GEOGRAFIA</p>
---

Fonte: autor com base nos resultados da pesquisa.

O manual é finalizado com um anexo (chamado de Anexo A) em que aparecem as Siglas e Códigos de países segundo a norma ISO3166, que devem ser usados pelo indexador no catálogo da INST 5.

### 5.3 ANÁLISE DA PI DA INST 1

O manual PI da instituição 1 que foi obtido no site da mesma é constituído de 19 páginas e dividido em 8 subdivisões (ou capítulos). Começa fazendo uma apresentação da razão de ter uma PI na instituição, que conforme Rubi; Fujita (2006) destaca como um elemento de contextualização da própria política.

Ressalta a importância de se ter um documento que sirva nortear a equipe de bibliotecários da instituição para que todas as diretrizes da indexação sejam aplicadas nas suas bibliotecas de uma forma abrangente e ao mesmo tempo uniforme. Ainda nessa subdivisão informa que sistema utilizado no gerenciamento e recuperação da informação é software ALEPH (ver referencial teórico CAP 3 deste trabalho “o sistema ALEPH 500”p.37)

No parágrafo 1 do manual de PI da INST1 é apresentada uma introdução, observando qual é a importância de um manual de PI em uma biblioteca e contextualiza a sua utilidade prática na mesma, seguindo os fundamentos de Fujita;Santos (2016), Gil Leiva;Rubi;Fujita (2008), e de Rubi (2003) descritos no RT deste trabalho.

Ao se analisar o parágrafo 2 observou-se que a PI estabelece os objetivos gerais e específicos na instituição. Ao citar os objetivos gerais, pormenoriza qual é a

utilidade para se estabelecer a representação temática dos documentos. Relata que os objetivos específicos da PI na instituição são de controlar a entrada de assuntos e de qualificar a recuperação da informação.

Averiguando o parágrafo 3 notou-se que o mesmo identifica como público alvo de sua PI os bibliotecários indexadores da INST. Neste parágrafo é declarado também que a sua PI é um complemento, e que sua aplicação deve ser feita em conjunto com o Manual de Rotinas e Procedimentos de Indexação e também em conjunto com o Padrão para Entradas de Nomes Geográficos como Assunto. Esclarece que a sua PI também pode ser usada como um instrumento de auxílio aos bibliotecários que trabalham com a recuperação da informação.

Ao se fazer uma inspeção no parágrafo 4 verificou-se que o mesmo faz a identificação da instituição, apresentando a sua localização geográfica sua missão, visão de futuro e sua estrutura tanto física, como de recursos humanos. Cita que a sua função primordial é prover infraestrutura tanto bibliográfica, documentária e informacional com a finalidade de apoiar as atividades da universidade, centrando seus objetivos nas necessidades de informação dos indivíduos, que são membros da comunidade universitária.

Foi observado que o parágrafo 5 que diz respeito ao processo de indexação que o mesmo segue as teorias de Robredo (2005), que são adotadas na instituição. Nesse Parágrafo é estabelecida como o processo é aplicado, revelando as etapas da indexação (Análise conceitual, identificação dos conceitos e a tradução) seguindo em alguns casos os dizeres de Cunha; Cavalcanti (2008) e Carneiro (1985). Traz a definição operacional citando os conceitos como sendo a etapa na qual o indexador identifica os elementos essenciais na descrição do assunto, corroborando com Naves (1996) ao destacar a definição operacional do processo de indexação. Estabelece as diretrizes a serem adotadas pelo indexador argumentando que a mesma deve ter uma abordagem sistemática, de forma que possibilite assim a fidelidade ao documento. Faz referência a tradução como sendo a conversão dos assuntos selecionados de um documento num determinado conjunto de termos de indexação. Cita o Catálogo de Autoridades como o principal instrumento para controle de entrada de assuntos e que não dispõe de um vocabulário controlado que contemple todas as áreas do conhecimento. Deixa claro que cada biblioteca é a responsável pela definição da entrada de assunto dos documentos de seu acervo.



Realizando um estudo do parágrafo 6 foi constatado pelo autor que o mesmo descreve os elementos que compõem a PI, falando sobre a cobertura de assunto, revelando também que o conhecimento se desenvolve de modo interdisciplinar, mas o foco da representação temática deve estar relacionado com as necessidades de informação do público-alvo de cada biblioteca, de acordo com os dizeres de (GROGAN,1995,p.35).Nesse parágrafo estabelece que a formação e desenvolvimento de coleções, devem dar prioridade aos assuntos relativos às áreas do conhecimento por elas abrangidas. Em seguida fala sobre a exaustividade Naves (2004) apresentando uma definição operacional e indicando que a mesma deve ser adotada em nível 3.

Determina que os números de descritores por tipo de documento devem seguir sempre uma tabela de uso interno e exclusivo de suas bibliotecas.

Apresenta o número de descritores por tipo de documento a ser indexado na base e dados da instituição. Esse parágrafo fala também da especificidade Nunes (2004) empreendendo uma definição operacional da mesma, e estabelecendo que um assunto sempre deve ser indexado em sua base de dados, sob o termo mais específico e que o abranja completamente. Cita que no nível de especificidade Nunes (2004) devem ser observados os fatores de área temática da biblioteca e de abrangência do assunto do documento.

Discorre uma análise da linguagem controlada, definindo a mesma como aquela construída com o objetivo de eliminar possíveis problemas do vocabulário natural, como a ambiguidade. Afirma que a Linguagem controlada, descrita por Naves (2000), facilita a entrada e a saída de dados em um sistema de informações e permite uma maior consistência na indexação.

Determina o emprego de uma linguagem controlada e pós-coordenada por ser a linguagem que combina ou coordena os termos no momento da busca. Deixa claro que a linguagem controlada é a mais recomendada para sistemas automatizados. Nesse parágrafo também é aconselhado o uso do Manual de Procedimentos de Indexação, que é disponibilizado apenas para o uso interno da na INST 1.

O parágrafo 7 inicia fazendo uma consideração das competências e habilidades do bibliotecário indexador. Acrescentam ainda os fatores de ordem da psicologia cognitiva, que podem induzir em uma indexação de qualidade. Cita a capacidade de interpretação de texto, dialogar e/ou negociar questões de indexação.

Esse parágrafo segue a linha de pensamento destacados e relatados por Fujita (2004) no RT deste trabalho.

Nas considerações finais do manual de PI da INST 1 é relatado que o resultado oriundo da aplicação da PI deve ser pautado pelo Manual de Rotinas e Procedimentos de Indexação disponível a todos os bibliotecários da INST1, indicando ainda que os mesmos servem para reduzir as inconsistências das entradas de assunto e ao mesmo tempo contribuem para que o bibliotecário indexador aplique as melhores práticas em seu trabalho, desta forma qualificando a recuperação da informação em comum acordo com Lopes (2002).

O manual encerra realizando considerações e esclarecendo que a exaustividade, a especificidade e a linguagem empregada no catalogo deve ser constantemente sujeitas a avaliação e controle para verificar se as diretrizes estabelecidas pela PI Nunes (2004) estão sendo observadas e se os objetivos propostos estão sendo atingidos. Também informa que o próprio manual de indexação sendo um instrumento dinâmico, deve ser constantemente revisado e atualizado conforme as demandas e necessidades de serviços, seguindo o pensamento de Carneiro (1985), Fujita ; Rubi (2006) no RT deste trabalho.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo geral demonstrar a importância de se formalizar um manual de PI em uma biblioteca. De forma a atender ao primeiro objetivo específico no desenvolvimento do presente trabalho, que foi Identificar o uso de uma PI nas bibliotecas de instituições universitárias do Rio Grande do Sul, identificou-se uma baixa frequência das universidades na consolidação e construção da PI formalizada. Mesmo com esta baixa incidência considera-se que esse objetivo foi atendido por identificar e apresentar de forma detalhada, o teor da PI de duas instituições que formalizaram suas PI.

O segundo objetivo específico foi o de designar na literatura existente os critérios técnicos e organizacionais para definição de uma PI, considerou-se que a cobertura de assuntos, seleção e aquisição de documentos-fonte, o processo de indexação, a estratégia de busca, o tempo de resposta do sistema, a forma de saída e a avaliação do sistema como elementos extremamente relevantes ao se determinar uma PI. Na literatura existente foi identificado que os temas são abordados por um número finito de autores, concentrando-se nos aportes teóricos principalmente em Antunes (2000), Carneiro (1985), Gil Leiva; Rubi; Fujita (2003), Fujita (2004), Naves (1996; 2000; 2004;), Nunes (2004).

O terceiro objetivo específico que foi o de analisar as PI que são utilizadas pelas bibliotecas nas instituições universitárias do RS, percebeu-se claramente que as mesmas atendem plenamente os objetivos destas instituições em termos de catalogação, auxiliando nas suas tarefas cotidianas. Elas contemplam como um todo o processo de representação da informação que são inseridos nas suas bases de dados.

O trabalho possibilitou importantes constatações acerca das PI existentes nas instituições universitárias do estado do Rio Grande do Sul, com diferenças de situações no que diz respeito à adoção de um manual regimento formalizado de uma PI.

Deve-se ressaltar, entretanto, que mesmo ficando claro o fato que uma PI favorece os trabalhos internos da biblioteca, e ao mesmo tempo pode ser considerado como uma ferramenta auxiliar nas atividades diárias do bibliotecário constatou-se que poucas universidades adotam ou mesmo possuem uma PI formalizada. Notou-se que são as mais diversas razões e situações para que estas

universidades ainda não tenham uma PI formalizada. Conseguiu-se esclarecer de forma bastante compreensível na análise dos *e-mails (das instituições universitárias)* que foram recebidos pelo autor com as respostas das questões formuladas, algumas destas razões, tais como problemas de ordem financeira, falta de pessoal, grande demanda de serviço, e mesmo problemas estruturais da própria biblioteca.

Qualificou-se que a indexação é uma tarefa extremamente exaustiva e que requer uma atenção especial, além de exigir um conhecimento por parte do indexador que somente é obtido com a experiência profissional do mesmo ao longo do tempo, e principalmente pela explicitação desse conhecimento na PI e nos manuais.

Concluiu-se como resultado da pesquisa, que não há uma metodologia, ou regra geral, para o desenvolvimento de uma PI que contemple todos os tipos de bibliotecas, sendo necessário que cada instituição desenvolva para a sua biblioteca sua própria PI, conforme seu público alvo, recursos materiais, humanos e principalmente financeiros disponíveis. Ressalta-se que uma PI é importante para a consistência e coerência dos processos dentro da biblioteca, e por sua vez, o processo de indexação, como elemento essencial da política, é afetado por um conjunto de variáveis que influem na recuperação da informação, consistindo basicamente da exaustividade, especificidade, escolha da linguagem, revocação e precisão. Entendeu-se que estas variáveis estão associadas à habilidade do indexador na hora de colocar os descritores na base de dados, usando sempre aqueles descritores que são mais pertinentes e que melhor descrevem o conteúdo dos documentos a serem indexados, informações essas que devem sempre constar em uma PI.

Finalizando deve-se ainda esclarecer que este trabalho, não teve como meta ou objetivo melhorar a PI das universidades analisadas, mas sim provocar uma reflexão da importância de sua utilização, pois serve como um guia que seja capaz de orientar sobre aqueles pontos que possam vir a serem otimizados ou aperfeiçoados.

Considerando-se a importância do tema proposto e tendo em vista que os resultados da presente pesquisa apontaram o não uso de uma PI formalizada na maior parte das bibliotecas universitárias analisadas, faz-se necessário em uma pesquisa futura, um estudo com mais profundidade focando principalmente os

motivos, as razões e situações que foram alegadas pelos gestores destas bibliotecas consultadas para a não formalização de uma PI.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA J. O. F. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. Londrina: Eduel, 2003.

ANTUNES, W. A.; CAVALCANTE, G. A.; ANTUNES, M. C. **Curso de capacitação para dinamização e uso da biblioteca pública: manual**. 2. ed. São Paulo: Global, 2000.

BARRETO, A. A. Perspectivas da Ciência da Informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 21, n. 2, 1997.

CAPES. Cursos recomendados pela CAPES. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativos.jsf?cdRegiao=4&sgUf=RS>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

CARNEIRO, M. L. V. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 14, n. 2, p. 221-241, 1985.

CESARINO, M. A. N., PINTO, M. C. F. Análise de assunto. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 32-43, jan./jun. 1980.

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos na Empresa: pessoas, organizações e sistemas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1994. p. 67-76.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 7. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2003 - 6ª reimpressão

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração: na administração das organizações**. Edição Compacta. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

COLAUTO, R. D.; BEUREN, I. M. Coleta, análise e interpretação de dados. In. BEUREN, I. M. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2003.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

Dziekaniak, G. FURG, **Disciplina Indexação T&P 2013** p.44, il. disponível em <<https://pt.slideshare.net/giseledziekaniak/1-aula-indexacao-2013>>. Acesso em: 14 out. 2017.

EX LIBRIS (Estados Unidos da América). **ALEPH 500: Visão Geral**. 2005. Disponível em: <<http://www.exl.com.br/aleph.htm>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 200 p.

FIGUEIREDO, N. M. **Metodologias para promoção do uso da informação: Técnicas aplicadas particularmente em Bibliotecas universitárias e Especializadas**. São Paulo: Nobel: Associação Paulista de Bibliotecários, 1991.

FREIRE, I. M.; ARAÚJO, V. M. H. de. A responsabilidade social da Ciência da Informação. **Transinformação**, v. 11, n. 13, jan/abr. 1999.

FUJITA, M. S. L.; GIL LEIVA, I. Políticas **de indexação na América Latina**. // lbersid. p.155-162, (2009).

FUJITA, M. N. S. L.; SANTOS, L. B. P. **Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante**. **Transinformação**, v. 28, n. 1, 2016.

FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.1, n. 1, jul. 2003.

FUJITA, M. S. L. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto contexto. **DataGramaZero**, v. 5, n. 4, ago. 2004.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v.7, n. 3, jan. 2006.

GIL LEIVA, I.; RUBI, M. P.; FUJITA, M. S. L. Consistência na indexação em bibliotecas universitárias brasileiras. **Transinformação**, v. 20, p. 233-253, 2008.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GROGAN, Denis. **A prática do serviço de referência**. Brasília, DF: Brique de Lemos, 1995. **Cap. 3, p. 36-49**.

GUIMARÃES, J. A. C. As políticas de indexação como elemento para a gestão do conhecimento nas organizações. In: VIDOTTI, S. A. B. G (Coord.). **Tecnologia e conteúdos informacionais**: abordagens teóricas e práticas. São Paulo: Polis, 2004. p.43-52.

KERLINGER, F. N. **Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: EPU, 1980.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. (2003). **Princípios de Marketing**. São Paulo, Prentice Hall 49 LONGENECKER, J. G.; MOORE, C. W.; PETTY, J. W. (1997). **Administração de Pequenas Empresas: ênfase na gerência empresarial**. São Paulo, Makron Books

LANCASTER, F. Wilfrid (1993) **Indexação e resumo**: teoria e prática. Brasília Briquet de Lemos, 1993. SLIDESHARE (1993). Disponível em: <<https://image.slidesharecdn.com/aula4-090731111657-phpapp01/95/aula-4-31-728.jpg?cb=1249039163>>. Acesso em 27 nov. 2017.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 452p.

LANCASTER, F. W. *Information retrieval systems: characteristics, testing and evaluation*. New York: John Wiley & Sons, 1968.

LOPES, I. L. Estratégias de Busca na recuperação da Informação: revisão de literatura. **Revista de Ciência da Informação**, Brasília, v.31, n.2, p.60-71, maio/ago. 2002.

MACEDO, N. D. Princípios e reflexões sobre o serviço de referência e informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.23, n.1/4, p. 9-37, jan./dez. 1990.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NATHANSON, B. M.; FREIRE, I. M. Estudos de usuários on line. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 39-59, 2005.

NAVES, M. M. L. **Curso de Indexação: Princípios e técnicas de indexação, com vistas à recuperação da informação**. Belo Horizonte: Biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. Material didático. 23p.

NAVES, M. M. L. Análise de assunto: concepções. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 20, n.2, jul./dez. 1996. p. 215-226.

NAVES, M. M. L. Estudo dos fatores interferentes no processo de análise de assunto. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p.189-203, jul./dez. 2001.



NAVES, M. M. L. Fatores interferentes no processo de análise de assunto: estudo de casos de indexadores. 2000. 275 f. Tese (Doutorado em ciência da informação) - Escola de ciência da informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000

NUNES, C. O. Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras. **Biblos**, Rio Grande, v. 16, p. 55-61, 2004.

NUNES, C. O.; FREITAS, M. R. M. Exaustividade, especificidade e coerência da indexação da base de dados bibliográficos do NID/FURG. **Biblos**, Rio Grande, 16: 55-61, 2004. 62 Departamento de Biblioteconomia e História, Rio Grande, v. 9, p. 155-98, 1997.

REDIGOLO, F. M. et. al. Elementos de política de indexação em biblioteca universitária da área médica. **Scire**, v. 18, n. 2, p. 75-86, jul./dic. 2012.

ROBREDO, J. **Documentação de hoje e de amanhã**: uma abordagem revisitada e contemporânea da Ciência da Informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas. 4.ed. Brasília: Edição do autor, 2005. 409p.

RUBI, M. P.; FUJITA, M. S. L. Elementos de política de indexação em manuais de indexação em sistemas de informação especializados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 66-77, jan./jun. 2003.

RUBI, M. P. A política de indexação no perspectivado conhecimento organizacional. 2004. 135 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciência da Informação) Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista; CAPES, Marília, 2004.

RUBI, M. P. FUJITA, M. S. L. O ensino de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional: uma proposta de programa para a educação à distância do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 48-66, jan./abr. 2006.

RUBI, M. P. Política de indexação. In: GIL-LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (Eds.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 107-120.

RUBI, M. P.; FUJITA, M. N. S. L. Política de indexação na catalogação de assunto em bibliotecas universitárias: a visão sociocognitiva da atuação profissional com protocolo verbal. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, p. 118-150, 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/8354>>. Acesso em: 21 Nov. 2017.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SILVA, M. R.; FUJITA, M. S. L. **A prática da indexação**: análise e evolução de tendências teóricas e metodológicas. *Transinformação*, Campinas, v. 16, n. 2, p.133-161, maio/ago.2004. Disponível em: Acesso em: 23 jun.2017.

SILVEIRA, J. N.; MOURA, M. A. A estética da recepção e as práticas de leitura do bibliotecário-indexador. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 123-135, jan./abr. 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, I.; et al. **Lançar a rede de bibliotecas escolares**. Lisboa: Ministério da educação, 1997. 180 p. ISBN 972-729-015-9.

WIKIPEDIA. Precisão e Revocação. Disponível em:  
<[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/ab/Precis%C3%A3o\\_e\\_revoca%C3%A7%C3%A3o.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/ab/Precis%C3%A3o_e_revoca%C3%A7%C3%A3o.png)> (colar nas referências)>. Acesso em: 27 nov. 2017.

WORLD INFORMATION SYSTEM FOR SCIENCE AND TECHNOLOGY. Princípios de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 83-94, mar. 1981.

## **SITES DAS UNIVERSIDADES CONSULTADAS NO RIO GRANDE DO SUL**

CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO (UNIFRA.) Disponível em:  
<<http://www.unifra.br/Site/Pagina/Conteudo/108>>. Acesso em :17 de ago. 2017.

CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE (UNILASALLE). Disponível em: <  
<http://www.unilasalle.edu.br/> >. Acesso em :17 de ago. 2017.

CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IPA - (IPA). Disponível em:  
<<http://ipametodista.edu.br/> >. Acesso em 17 de ago. 2017.

CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS (UNIRITTER). Disponível em: <  
<https://www.uniritter.edu.br/>>. Acesso em: 17 de ago. 2017.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (UNIPAMPA). Disponível em:  
<<http://www.unipampa.edu.br/portal/>>. Acesso em: 17 de ago. 2017.

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE CARDIOLOGIA (FUC). Disponível em:  
<<http://www.humanizasaude.rs.gov.br/site/contact/>> Acesso em : 17 de ago. 2017.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUC/RS). Disponível em: <<http://biblioteca.pucrs.br/> >. Acesso em: 17 de ago. 2017.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS (UCPEL). Disponível em: < <http://www.ucpel.tche.br/portal/> >. Acesso em: 17 de ago. 2017.

UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA (UNICRUZ). Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/biblioteca/>>. Acesso em :17 de ago. 2017.

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL (UNISC). Disponível em: <<http://www.unisc.br/pt/servicosonline/biblioteca/apresentacao> >. Acesso em : 17 de ago. 2017.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS) Disponível em: <<http://www.unisinos.br/institucional> >. Acesso em: 17 de ago. 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (UERGS). Disponível em: <<http://www.uergs.edu.br/acesso-a-informacao> >. Acesso em: 17 de ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL). Disponível em: < <Http://portal.ufpel.edu.br/> >. Acesso em: 17 de ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). Disponível em: <<http://site.ufsm.br/> >. Acesso em: 17 de ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG). Disponível em: <<https://www.furg.br/> >. Acesso em: 17 de ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/bibliotecacentral/> >. Acesso em: 17 de ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEEVALE (FEEVALE). Disponível em: < <https://www.feevale.br/>>. Acesso em: 17 de ago. 2017.

UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL (ULBRA). Disponível em: <<http://www.ulbra.br/> >. Acesso em: 17 de ago. 2017.

UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (UNIJUÍ). Disponível em: < <http://www.unijui.edu.br/biblioteca> >. Acesso em: 17 de ago. 2017.

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES (URI). Disponível em: <[http://www.reitoria.br/reitoria\\_uri/contato.php](http://www.reitoria.br/reitoria_uri/contato.php)>. Acesso em: 17 de ago. 2017.

## ANEXO A - Respostas dos *emails* das instituições

### INST1

A sua PI está disponível online

Obs: Não foi necessário remeter email

### INST2 [Biblioteca Central](#)

Para

Assunto Re: Política de Indexação de suas bibliotecas

15/09/2017 08:57

Bom dia!

Abaixo seguem as respostas de sua pesquisa:

- 1) Se sua instituição de ensino possui uma POI (Política de Indexação em sua (suas) Bibliotecas'')? Atualmente estamos trabalhando para formalizar nossa política em um manual, pois até 2016 não existia uma política formalizada, porém com a criação de 3 campus fora da sede e o aumento da equipe de bibliotecários, verificamos a necessidade de organizarmos um anual específico para indexação a fim de padronizar as entradas.
- 2) Se é aplicada na prática? Como estamos em período de elaboração, estamos realizando reuniões com a equipe responsável pela elaboração do manual, após esta elaboração a equipe toda de indexação será chamada para finalizarmos o manual e colocá-lo em prática. Vale ressaltar que já foi dado início a política uma vez que os termos livros ou controlados já estão sendo analisados um por um.
- 3) Se há a possibilidade de me remeter a mesma ? Como estamos em fase de elaboração não posso lhe remeter, mas posso adiantar que nosso manual é baseado no manual da UFRGS, o qual foi encaminhado por uma bibliotecária do sistema.

### INST3

Para

Assunto Resposta automática: CONTATO-SITE COMUNICADO FALE

14/09/2017 16:00

**Olá,**

Agradecemos seu contato!

Retornaremos no prazo de 72 horas úteis.

**Obs:** Não deu mais retorno

### INST4

Para

Assunto Política de Indexação de suas bibliotecas

14/09/2017 13:14

Prezado Jaques,

Infelizmente ainda não temos uma POI, somos poucos para muitas demandas por aqui.

### INST5

Para

Assunto Re: Política de Indexação de suas bibliotecas

22/09/2017 10:12

Prezado Jaques,

Poderemos atender vossa demanda para pesquisa, todavia, necessitamos que tal solicitação venha acompanhado de um ofício assinado pelo seu orientador. Podes nos enviar o ofício digitalizado por e-mail, contudo, ressalto que este e-mail deverá ser do seu e-mail da UFRGS (@ufrgs.br) e não e-mail pessoal.

Atenciosamente,

**Observação:** Ao remeter ofício assinado pelo orientador e *email* da UFRGS respondeu as questões solicitadas.

## INST6

Para

Assunto Assunto RES: CONTATO-SITE COMUNICADO FALE com ...

15/09/2017 16:17

Olá Jaques,

Favor enviar seus questionamentos para o e-mail .....

Att,

Bibliotecária

Obs. Foi enviado para o e-mail solicitado, mas não respondeu as questões solicitadas.

## INST7

Para

Cópia

Assunto RES: Política de Indexação de suas Bibliotecas

14/09/2017 12:50

Prezado Jaques, boa tarde.

A Biblioteca da não possui, ainda, um documento formal de Política de Indexação. Temos um documento onde estão previstas as diretrizes da catalogação descritiva que aborda, também, as diretrizes da catalogação temática do acervo, que inclui a indexação. De forma geral e sucinta usamos o vocabulário estruturado e trilingue **DeCS** (Descritores em Ciências da Saúde) da BIREME e atribuímos (preferencialmente) até 5 descritores.

Cordialmente,

## INST8

De: 

Para

Assunto RES: Política de Indexação de sua biblioteca

03/10/2017 20:52

Boa noite, Jaques

A Biblioteca da.... faz parte do Sistema de Bibliotecas da.... com isto temos o catálogo online integrado e todos os processos técnicos também.

Porém, não existe uma Política de Organização de Informação e Indexação.

Apenas, algumas regras que foi definido entre todos os bibliotecários que fazem parte deste sistema.

Estas regras, devem ser seguidas e além disto, na catalogação, o sistema (ALEPH) tem a opção de abrir uma lista com os descritores utilizados.

Espero ter ajudado.

Qualquer dúvida, estou à disposição.

INST9

Para ,

Assunto Política de Indexação

03/10/2017 13:06

Segue respostas.

Desculpe a demora.

Att.

- 1) Se sua instituição de ensino e biblioteca tem uma Política de Organização de Informação e Indexação (PI). Nossa política é usar vocabulário controlado. Usamos os termos padronizados/ do Catálogo Coletivo de Autoridades da Rede Pergamum e da Biblioteca Nacional. Quando não há termo desejado ( assuntos novos da atualidade), procura-se um outra fonte/thesauro e em último caso cria-se o termo usando o próprio documento como fonte.
- 2) Se é aplicada na pratica. Sim.
- 3) Se há a possibilidade de nos remeter uma cópia da mesma para análise. Não temos um documento formal.